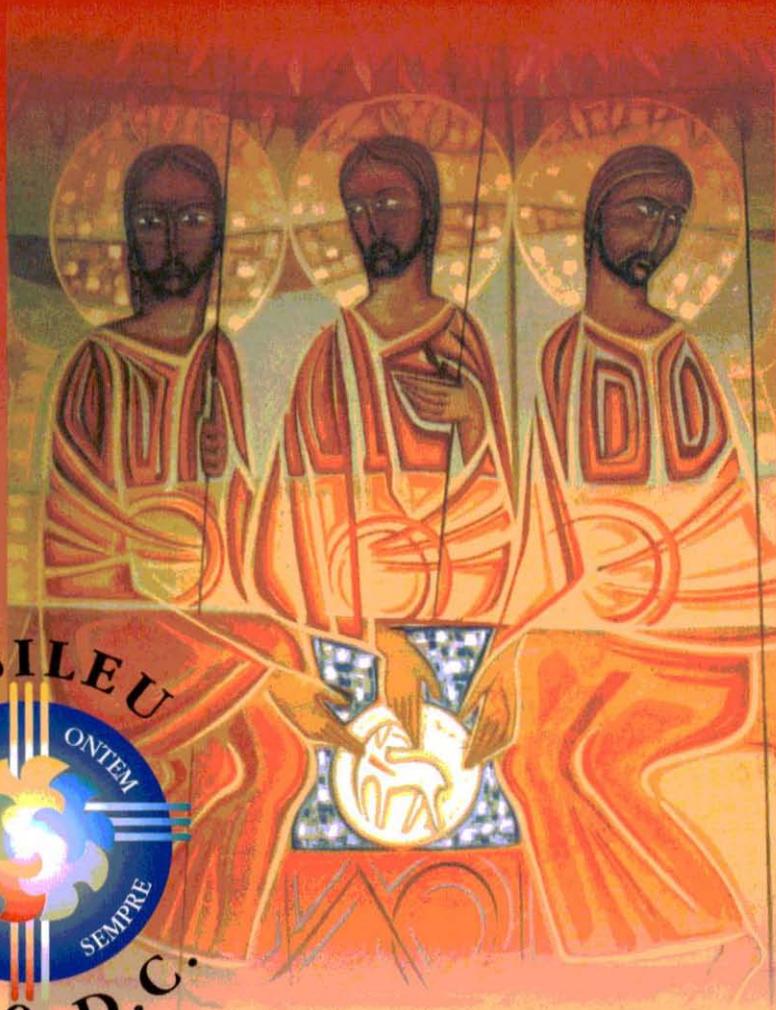


# Convergência

ISSN 0010-8162

Dezembro - 2000 - ANO XXXV - N. 338

- Natal no Ano Jubilar
- Denúncia da dívida e anúncio profético do Jubileu
  - O Desejo de Jesus: a Comunhão
- Os Pobres, Pe. Alfredinho e a Refundação da VR



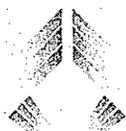
Editorial .....	577
Palavrad o Papa .....	580
Informe CRB .....	582
Artigos .....	585
Natal no Ano Jubilar .....	585
<i>J. B. Libanio, sj</i>	
Denúncia da Dívida e Anúncio Profético do Jubileu .....	595
<i>Frei Carlos Josaphat, op</i>	
O Desejo de Jesus: a Comunhão .....	607
<i>M<sup>a</sup> Conceição Corrêa-Pinto, csa</i>	
Análise de Conjuntura — Setembro de 2.000 .....	619
<i>Pe. Virgílio Uchôa e Equipe do INESC</i>	
“Eis o Cordeiro de Deus...”	
Os Pobres, Pe. Alfredinho e a Refundação da VR .....	632
<i>Rogério Mosimann da Silva, sj</i>	
Índice alfabético por autor (Convergência, ano de 2000) .....	638

*A ilustração da capa de Convergência-2000 é uma versão brasileira do ícone russo da Santíssima Trindade de Rublev, por Cláudio Pastro.*

#### ASSINATURA PARA 2000:

<b>BRASIL:</b> Terrestre ou aérea .....	R\$ 72,00
Número avulso (Brasil) .....	R\$ 7,20
<b>EXTERIOR:</b> Terrestre ou aérea .....	US\$ 85,00
ou o correspondente em .... R\$ (Reais).	

*Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores e não refletem necessariamente o pensamento da CRB como tal.*



## convergência

Revista Mensal da

Conferência dos Religiosos do Brasil: CRB

ISSN 0010-8162

#### DIRETOR-RESPONSÁVEL:

Pe. João Roque Rohr, SJ

#### REDATOR-RESPONSÁVEL:

Pe. Marcos de Lima, SDB (Reg. 12679/78)

#### EQUIPE DE PROGRAMAÇÃO:

**Coordenadora:**

Ir. Maria Carmelita de Freitas, FI

**Conselho editorial:**

Ir. Romi Auth, FSP

Pe. Francisco Taborda, SJ

Pe. Jaldemir Vitorio, SJ

Pe. Cleto Caliman, SDB

#### DIREÇÃO, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO:

Rua Alcindo Guanabara, 24 • 4º andar

20038-900 • Rio de Janeiro • RJ

Tel.: (0\*\*21) 240-7299

e-mail: crb006@ibm.net

#### DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO:

Edições Loyola

Rua 1822 n. 347 • Ipiranga

04216-000 • São Paulo • SP

Tel.: (0\*\*11) 6914-1922

e-mail: loyola@ibm.net

“Manifestou-se a bondade  
salvadora do nosso Deus”  
(Tito 3,4)

MARIA CARMELITA DE FREITAS, FJ

Vamos celebrar dentro de poucos dias o Natal do Ano Jubilar. Como todos os natais, também este não está isento do risco de uma inadequada compreensão do evento e da experiência espiritual que este evento comporta.

Na sociedade capitalista neoliberal em que vivemos, o primeiro risco que salta à vista é o da conhecida **comercialização** do evento natalino. Efetivamente, na concepção capitalista da vida e do mundo, a lei fundamental é “produzir e consumir”. O Natal, como outros eventos, é instrumentalizado a serviço dos interesses do mercado e do lucro. É visto como um momento do ano particularmente apto a estimular a produção e o consumismo, sob pretexto de “animar a festa”, de fazer crescer a alegria e o intercâmbio de dons.

Outro risco não menos freqüente na sociedade secularizada e imediatista de hoje é a **banalização** do Natal. Nessa perspectiva, o Natal é uma data festiva do calendário, entre tantas outras. Não tem relevância nem significatividade especiais. O ciclo repetitivo de eventos e comemorações dessa natureza carece de importância e de potencial dinamizador da história. Os referenciais maiores da vida são outros. Não há o que comemorar quando os eventos não caem dentro da lógica do mercado, nem conduzem a resultados pragmáticos imediatos.

Numa perspectiva religiosa e até mesmo cristã, há outro risco não menos real: — o da percepção idílica do Natal. Não se desconhece aqui a natureza do evento e sua força de penetração no imaginário religioso de povos inteiros. Mas o acento recai sobre os aspectos folclóricos e superficiais do evento, aptos a suscitar a admiração platônica e o enlevo pseudo piedoso, a “mexer” com o emocional das pessoas e dos grupos, sem provocar uma autêntica experiência espiritual, geradora de um compromisso cristão efetivo.

Nos três casos, o Natal é esvaziado por um reducionismo, seja de cunho econômico-pragmático, seja de cunho espiritualizante, que apaga a “memória subversiva” do evento e sua mais radical expressividade histórica. Nos três casos, dilui-se o

verdadeiro sentido do Natal, ou seja: a celebração da encarnação redentora do Verbo — presencialização de Deus na história humana, de forma singular e definitiva —.

Numa percepção genuinamente cristã, o Natal não deve ser instrumentalizado por interesses de nenhum tipo, nem é possível dissociá-lo da totalidade do mistério e da vida de Jesus Cristo e do compromisso que isto leva consigo. A encarnação é salvífico-libertadora e precisa ser compreendida na sua intrínseca e indissociável relação com a Páscoa de Jesus e a experiência da fé pascal dos seus discípulos e discípulas de todos os tempos.

Celebrar o Natal é, portanto e antes de tudo, refazer, no hoje concreto de cada época, a experiência fundante do cristianismo, ou seja, celebrar com a vida a “memória subversiva” desse evento singular da história humana e assumir o que ele tem de mais radicalmente cristão: a instauração de uma nova “lógica” na história e no mundo, a “lógica” do Reino de Deus.

Neste Ano Jubilar, a celebração do Natal nas comunidades religiosas está chamada a produzir “frutos” de graça para a vida do mundo: “Eu vim para que todos tenham vida...” Entre esses “frutos” merecem destacar-se alguns:

- A constante *reapropriação da experiência fundante*, ou seja, a volta constante à fonte das origens, para haurir dessa fonte a água viva de uma verdadeira refundação.
- A sempre renovada *inculturação do carisma da Vida Religiosa* nas diferentes realidades sócio-culturais, assumindo as “alegrias e dores, as angústias e esperanças” de homens e mulheres do nosso tempo, à luz do mistério do Verbo encarnado.
- O *desmascaramento dos ídolos* que o sistema vigente cultua e absolutiza, tais como: a insensata pretensão de que “a salvação vem do mercado”; a crença nefasta na competitividade excludente que se opõe radicalmente à gratuidade da Boa Notícia do Natal; a exacerbação do individualismo que mina toda possibilidade de uma convivência humana justa e solidária.
- A *superação* (“ad intra” e “ad extra”) *de barreiras* que impedem as pessoas de serem irmãos e irmãs, de partilhar os bens e a vida, de saborear a alegria da convivialidade, da festa e da ternura — atitudes tão características do Natal.
- A busca da difícil *arte de construir comunhão e unidade* a partir precisamente do diferente, do plural, do outro.
- A *coragem profética de ser contracultural* sempre que isto seja uma exigência da “memória subversiva” de Jesus.

**Convergência, neste mês de Dezembro do Ano Jubilar, quer fazer chegar a todas as comunidades, juntamente com um rico material de leitura e reflexão, votos de que, pela graça do Natal e na unção do Espírito, esses frutos se produzam em abundância na Vida Religiosa, como sinais do Reino de Deus presente no meio de nós.**

O artigo do P. João Batista Libanio — “O Natal do Ano Jubilar” — oferece aos leitores elementos para uma releitura-balanço do ano jubilar. A partir das três fontes que alimentam o jubileu, ou seja, a tradição bíblico-judaica, Jesus Cristo, e a forma eclesial do jubileu a partir de Bonifácio VIII, o autor trata de responder à pergunta: “como estas três tradições marcam nossa celebração do Natal do ano 2000?” Segundo o autor, cada uma dessas três tradições projeta luz sobre questões de extrema relevância no mundo atual e podem ajudar os cristãos e cristãs de hoje a celebrar o Natal do ano 2000 no verdadeiro espírito de Jesus, alimentando uma atitude de sobriedade e controle de desejos consumistas, e entrando no verdadeiro espírito da peregrinação, que rompe com as desconfianças entre pessoas e cria laços de “fraternura” nas relações humanas.

Frei Carlos Josaphat, no seu artigo — “Denúncia da dívida e anúncio do jubileu” mostra como “no limiar do novo milênio, o jubileu foi a grande ocasião, o kairós mais do que oportuno para uma atitude profética da Igreja. Ela abriu os olhos e chamou a atenção do mundo para os grandes problemas da humanidade hoje”, entre os quais se destaca, certamente, o problema da dívida externa. Citando o Tribunal da dívida externa com seu veredicto (1999), e o plebiscito livre e democrático sobre o pagamento da dívida (setembro de 2000), o autor mostra a importância desses eventos para a formação da consciência cívica e social das pessoas e para o exercício mais crítico da cidadania no mundo globalizado sob o signo do neoliberalismo capitalista. Evocando a figura profética de Bartolomeu de Las Casas, o autor faz ver que está em marcha a luta de nossos povos na busca de “todos os direitos para todos e para todas”.

“O desejo de Jesus: a Comunhão” é o sugestivo artigo da teóloga Maria da Conceição Corrêa-Pinto sobre a Eucaristia. O artigo bem documentado bíblica e teologicamente oferece às comunidades elementos importantes seja para o aprofundamento doutrinal, seja para a celebração e vivência da Eucaristia na vida cristã. Comentando Lc 22, 15-18, a autora mostra como a “expressão ‘desejei ardentemente’ acena para algo muito profundo que engaja todo o ser pessoal de Jesus com todas as suas dimensões, inclusive sua sensibilidade e afetividade”, e como tudo isso deve encontrar profundas ressonâncias nas comunidades que celebram a ceia de Jesus.

O texto de Virgílio Uchoa — “Análise de conjuntura” — contém elementos extremamente válidos para ajudar as comunidades a se abrirem à realidade nacional e internacional de hoje, com olhos mais críticos e, dessa forma, responderem de maneira mais adequada aos desafios da missão no mundo atual.

Rogério Mosimann da Silva — “Eis o Cordeiro de Deus”; Os pobres, Pe. Alfredinho e a Refundação da Vida Religiosa — nos recorda a figura do P. Alfredinho como uma testemunha do Evangelho que nos faz ouvir a voz dos pobres. ■

## Em Cristo e no Espírito a experiência de Deus «Abbá»

1. Iniciamos este nosso encontro sob o sinal trinitário, delineado de modo incisivo e luminoso pelas palavras do apóstolo Paulo na Carta aos Gálatas (cf. 4,4-7). O Pai, ao infundir no coração dos cristãos o Espírito Santo, realiza e revela a adoção filial que Cristo nos obteve. Com efeito, o Espírito «*atesta em união com o nosso espírito que somos filhos de Deus*» (Rm 8,16). Ao olharmos para esta verdade, como para a estrela polar da fé cristã, meditaremos sobre alguns aspectos existenciais da nossa comunhão com o Pai mediante o Filho e no Espírito.

2. O modo tipicamente cristão de considerar Deus passa sempre por Cristo. É Ele o Caminho, e ninguém vai ao Pai senão por meio d'Ele (cf. Jo 14,6). Ao apóstolo Filipe que Lhe implora: «*Mostra-nos o Pai e isso nos basta*», Jesus declara: «*Quem Me vê, vê o Pai*» (Jo 14,8-9). Cristo, o Filho predileto (cf. Mt 3,17: 17,5), é por excelência o revelador do Pai. O verdadeiro rosto de Deus é-nos revelado se por Aquele que «*está no seio do Pai*». A expressão original grega do Evangelho de João (cf. 1,18) indica uma relação íntima e dinâmica de essência, de amor, de vida do Filho com o Pai. Esta relação do Verbo eterno, envolve a natureza humana que Ele assumiu na encarnação. Por isto, na óptica cristã a experiência de Deus jamais se pode reduzir a um genérico «*sentido do divino*», nem se pode considerar superável a mediação da humanidade de Cristo, como bem demonstraram os maiores místicos, tais como São Bernardo, São Francisco de Assis, Santa Catarina de Sena, Santa Teresa de Ávila, e tantos enamorados de Cristo do nosso tempo, de Carlos de Foucauld a Santa Teresa Benedita da Cruz (Edith Stein).

3. Vários aspectos do testemunho de Jesus a respeito do Pai refletem-se em toda a experiência cristã autêntica. Ele testemunhou, antes de tudo, que o Pai está na origem do seu ensinamento: «*A Minha doutrina não Me pertence, é d'Aquele que Me enviou*» (Jo 7,16). Tudo o que Ele fez conhecer é exatamente aquilo que «*ouviu*» do Pai (cf. *ibid.*, 8,26; 15,15; 17,8.14). A experiência cristã de Deus não pode, portanto, desenvolver-se senão em total coerência com o Evangelho.

Cristo testemunhou de maneira eficaz também o amor do Pai. Na estupenda parábola do filho pródigo, Jesus apresenta o Pai sempre à espera do homem pecador, que volta para os seus braços. No Evangelho de João, Ele insiste sobre o Pai que ama os homens: «*Deus amou de tal modo o mundo que lhe deu o Seu Filho único*» (Jo 3,16). E ainda: «*Se alguém Me ama, guardará a Minha palavra: Meu Pai amá-lo-á e viremos a ele e faremos nele morada*» (Jo 14,23). Quem faz verdadeiramente a experiência do amor de Deus, não pode deixar de repetir, com comoção sempre nova, a exclamação da Primeira Carta de João: «*Vede com que amor nos amou o Pai, ao querer que fôssemos chamados filhos de Deus. E, de fato, o somos!*» (1Jo 3,1). Nesta luz, podemos dirigir-nos a Deus com a invocação terna, espontânea, íntima: *Abbá*, Pai. Ela aflora constantemente nos lábios do fiel que se sente filho, como nos recorda São Paulo no texto que abriu o nosso encontro (cf. Gl 4,4-7).

4. Cristo dá-nos a própria vida de Deus, uma vida que supera o tempo e nos introduz no mistério do Pai, na sua alegria e luz infinita. Testemunha-o o evangelista João ao transmitir as sublimes palavras de Cristo: «*Assim como o Pai tem a vida em Si mesmo, assim também concedeu ao Filho ter a vida em Si mesmo*» (Jo 5,26). «*E a vontade do Pai é esta: que todo aquele que vê o Filho e acredita n'Ele tenha a vida eterna; e Eu ressuscité-lo-ei no último dia... Assim como o Pai, que vive, Me enviou, e Eu vivo pelo Pai, assim também o que Me come viverá por Mim*» (Jo 6,40.57).

Esta participação na vida de Cristo, que faz com que sejamos «filhos no Filho», tornou-se possível pelo dom do Espírito. De fato, o Apóstolo apresenta-nos o nosso ser filhos de Deus em íntima conexão com o Espírito Santo: «*Todos aqueles que são movidos pelo Espírito de Deus, são filhos de Deus*» (Rm 8,14). O Espírito põe-nos em relação com Cristo e com o Pai. «E neste Espírito, que é o Dom eterno, Deus uno e trino abre-se ao homem, ao espírito humano. O sopro recôndito do Espírito divino faz com que o espírito humano, por sua vez se abra, diante de Deus que se abre para ele, com desígnio salvífico e santificante (...). Na comunhão de graça com a Santíssima Trindade dilata-se “o espaço vital” do homem, elevado ao nível sobrenatural da vida divina. O homem vive em Deus e de Deus, vive “segundo o Espírito” e “ocupa-se das coisas do Espírito”» (*Dominum et vivificantem*, 58).

5. Ao cristão iluminado pela graça do Espírito, Deus apresenta-se verdadeiramente no seu rosto paterno. Pode dirigir-se a Ele com a confiança que Santa Teresa de Lisieux testemunha neste intenso trecho autobiográfico: “O passarinho desejaria voar em direção ao sol que encanta os seus olhos. Queria imitar as águias, suas irmãs, que vê subir ao alto até ao fogo divino da Trindade (...). Mas, ao contrário, tudo aquilo que pode fazer é levantar as suas pequenas asas: pairar em vôo, porém, não cabe às suas pequenas possibilidades (...). Então, com audaz abandono, permanece a fixar o seu sol divino; nada poderá incutir-lhe medo, nem o vento nem a chuva” (*Manuscrits autobiographiques*. Paris 1957. pág. 231).

*Joannes Paulus II*



## 1. USGCB — Assembléia Geral

A União das Superiores Gerais de Congregações Brasileiras (USGCB) reuniu-se em Salvador/BA de 01 a 06 de agosto de 2000, em sua XXIV Assembléia Geral Ordinária.

Num clima sorortherno e fraterno estiveram presentes 66 Superiores Gerais e 03 Superiores Gerais, das 108 congregações brasileiras que já somam 10 mil membros. Destas, 18 congregações são de direito pontifício, 45 de direito diocesano e 47 em fase de organização. Isso revela a fecundidade da *Ruah*, que age na Igreja e no povo de Deus.

A assembléia da USGCB é anual e esta foi também eletiva, assumindo a coordenação para o triênio 2000-2003:

Presidente: Ir. Helena Teresinha Rech – STS – Rio de Janeiro/RJ

Vice-Pres.: Ir. Dulcis Negrão Rodrigues – MCSA – Fortaleza/CE

Suplentes: Ir. Margarida M. Couto – INSG – Recife/PE

Ir. Verônica Toneta – FAP – Lages/SC

Secretária: Ir. Luiza Bertazzoni – FCM – Campinas/SP

Tesoureira: Ir. Eulália Schiavo – INSV – Rio de Janeiro/RJ

Esta Assembléia teve como tema central a *Santíssima Trindade*. Este tema foi trabalhado em quatro oficinas, assessoradas por uma equipe das próprias Madres Gerais, possibilitando tratar o mesmo dentro dos sonhos, buscas e desafios da realidade das congregações brasileiras. Cada participante escolheu seu tema de interesse e participou das oficinas, orações, debates e reflexões que versaram sobre:

- a) A Santíssima Trindade – modelo de comunidade.
- b) A Santíssima Trindade no discernimento pessoal e comunitário.

- c) A Santíssima Trindade – força missionária da Vida Consagrada brasileira.
- d) A Santíssima Trindade no projeto formativo.

Um dos aspectos fortes de reflexão, partilha e oração foi a mística trinitária como fonte e modelo de toda a Vida Consagrada, da missionariedade e da intercongregacionalidade. A partilha de experiências de parcerias na missão, de várias congregações, foi um grande incentivo para todas. Um outro aspecto importante e que muito ajudou foi a elaboração de um “*Projeto Formativo*”. Neste traçou-se “Princípios Gerais” para o processo formativo das Congregações Brasileiras. Estes princípios gerais serão aprofundados em cada congregação, com sua equipe de formadores e conselho geral e levados á próxima Assembléia da USGCB para nova reflexão e elaboração definitiva. Todas estão preocupadas com a formação e desejando encontrar caminhos para nossos tempos.

Ao final da Assembléia as Superiores e Superiores Gerais elegeram um objetivo geral e assumiram um compromisso para o próximo triênio:

*“A União das(os) Superiores(es) Gerais de Congregações Brasileiras,  
em sua XXIV Assembléia Geral,  
realizada em Salvador — BA, de 01 a 06 de agosto de 2000,  
no Ano do Grande Jubileu da Encarnação de Jesus Cristo,  
em espírito de oração, reflexão e intercâmbio;  
atenta aos apelos da Refundação da Vida Consagrada;  
comprometendo-se em preservar os valores culturais de nosso povo;  
procurando estreitar cada vez mais os laços de comunhão com a Confederação  
dos Religiosos da América Latina (CLAR)  
e com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB Nacional),  
assume como prioridade para o triênio 2000-2003:*

1. *Integrar-se ao projeto de preparação e realização do “Concílio da Vida Religiosa da América Latina e do Caribe” e da “XIX AGO da CRB Nacional”.*
2. *Continuar aprofundando o processo da Formação, no discipulado de Jesus, em todas as dimensões da pessoa, na perspectiva da mística trinitária, da intercongregacionalidade, do profetismo da VC e da missionariedade”.*

A USGCB agradece com carinho à Diretoria cessante pelo seu trabalho e dedicação. Comunicamos que a próxima assembléia será realizada nos dias 23 a 28 de agosto de 2002, em Aparecida do Norte/SP.

## 2. Nota da CNBB sobre o compromisso ecumênico da Igreja Católica

A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em comunhão com o Papa João Paulo II que, no dia 18 de setembro de 2000, reiterou *“ser irrevogável o empenho da Igreja Católica para com o diálogo ecumênico”*, por motivo da recente Declaração *Dominus Iesus* da Congregação para a Doutrina da Fé, deseja reafirmar o seu compromisso ecumênico.

Manifesta a todos os cristãos a estima da Igreja Católica que os reconhece justificados pela fé e incorporados a Cristo e os abraça com fraterna reverência e amor como *“irmãos no Senhor”*. Considera também que *“suas igrejas de forma alguma são destituídas de significação e importância no mistério da salvação”* (Cf. UR). Acredita que o movimento ecumênico, surgido entre os irmãos e irmãs de outras igrejas para restaurar a unidade de todos os cristãos, é uma obra do Espírito Santo.

Reafirma também os compromissos assumidos com as igrejas parceiras nos organismos ecumênicos CONIC e CESE, para cuja constituição contribuiu como membro fundador. De acordo com os estatutos solenemente assinados, garante a todos os irmãos e irmãs que continuará a sentar-se à mesa do diálogo *“de igual para igual”*, na busca comum da verdade e no serviço à humanidade.

Continua examinando, com espírito sincero e atento, o que, no interior da própria Família Católica no Brasil, deve ser renovado e realizado, para que sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo por meio dos Apóstolos.

Exorta o clero e os fiéis católicos a fazerem do ecumenismo uma prioridade e a promoverem tudo o que for necessário a fim de que o testemunho da comunidade católica possa ser compreendido em toda a sua pureza e coerência, superando as incompreensões herdadas do passado e estabelecendo com os irmãos e irmãs evangélicos laços cada vez mais fortes de recíproca confiança e amizade.

Consciente de que o propósito da reconstituição da unidade da Igreja é um dom de Deus que nos impele a seguirmos juntos pelos caminhos da plena comunhão, coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pelos discípulos, no amor do Pai para conosco e na força do Espírito Santo.

DOM JAYME HENRIQUE CHEMELLO  
PRESIDENTE DA CNBB

DOM RAYMUNDO DAMASCENO ASSIS  
SECRETÁRIO-GERAL DA CNBB



## Natal no Ano Jubilar

J. B. LIBANIO, SJ

O papa João Paulo II abriu o ano jubilar precisamente na festa do Natal do ano passado. No Natal deste ano vamos comemorar um ano completo dessa maravilhosa experiência jubilar da Igreja. Oficialmente encerra na festa da Epifania. Depois de um ano, podemos perguntar-nos pelo que significou esse ano jubilar para cada um de nós, para nossa comunidade eclesial e para nossa sociedade à luz do espírito bíblico-eclesial do Jubileu.

Três fontes alimentam o Jubileu. A primeira situa-se no Antigo Testamento, de onde veio a primeira inspiração. Jesus Cristo, situado nessa tradição judaica, assume-a e dá-lhe sentido novo com sua presença. E finalmente no ano 1.300, Bonifácio VIII instituiu o Jubileu numa forma eclesial. Como estas três tradições marcam a nossa celebração do Natal do ano 2000?

### I. NA PERSPECTIVA DA TRADIÇÃO BÍBLICO-JUDAICA

Jubileu é o Ano da Graça do Senhor. A própria palavra nos fala de "júbilo", alegria. Interior, pela graça; exterior, pelas celebrações e comportamento do fiel. O termo hebraico, *yobel*, significa "trombeta", feita de chifre de carneiro. O toque da trombeta falava profundamente ao imaginário social e religioso do povo judeu. A trombeta soava para amedrontar os inimigos (Jz 7,18-22), para dar sinal de combate (1Mc 4,13), para derrubar as muralhas de Jericó (Js 6,20), para aclamar reis (2Rs 9,13), para celebrar ações litúrgicas (Êx 19,16.19; 20,18), para acompanhar a Arca (1Cr

16,6), para dar sinal de alarme (Am 3,6), para anunciar ao povo a proximidade do Dia do Senhor (Jl 2,1; Zc 9,14), para anunciar o Jubileu (Lv 25,9) e em tantas outras circunstâncias.

Descendo mais em particular, ao soar do *yobel* para o Jubileu, o povo de Israel era instado a cumprir uma série de exigências de cunho eminentemente social. Mesmo que esta prática jubilar não tenha sido efetivamente vivida pelo povo e tenha ficado letra morta, ela constava da Torah como persistente acicate na sua consciência. E está aí como provocação para nós que herdamos a fé de Israel.

1  
 2  
 3  
 4  
 5  
 6  
 7  
 8  
 9  
 10  
 11  
 12  
 13  
 14  
 15  
 16  
 17  
 18  
 19  
 20  
 21  
 22  
 23  
 24  
 25  
 26  
 27  
 28  
 29  
 30  
 31  
 32  
 33  
 34  
 35  
 36  
 37  
 38  
 39  
 40  
 41  
 42  
 43  
 44  
 45  
 46  
 47  
 48  
 49  
 50  
 51  
 52  
 53  
 54  
 55  
 56  
 57  
 58  
 59  
 60  
 61  
 62  
 63  
 64  
 65  
 66  
 67  
 68  
 69  
 70  
 71  
 72  
 73  
 74  
 75  
 76  
 77  
 78  
 79  
 80  
 81  
 82  
 83  
 84  
 85  
 86  
 87  
 88  
 89  
 90  
 91  
 92  
 93  
 94  
 95  
 96  
 97  
 98  
 99  
 100

O Jubileu inseria na tradição espiritual do povo, na sua consciência histórica. A base fundamental é o descanso sabático, cuja expressão teológica mais bela se encontra na narrativa da criação. Uma tradição lera até pouco essa narrativa sob o ângulo da centralidade do ser humano em relação a todo criado, baseando-se no mandamento do Criador para que o ser humano “dominasse” sobre todos os seres vivos e “subjugasse” a terra (Gn 1,26.28).

J. Moltmann procura inverter a leitura. Coloca o sábado no centro. A criação está voltada para o sábado, a “festa da criação”. Nele “a criação chega a sua plenitude”, é a “prefiguração do mundo futuro”. Ela é lida à luz do seu destino final, da “glória de Deus”. Na nossa teologia e prática cristã no Ocidente, descuidamos o “Deus que descansa, o Deus que festeja, o Deus que se alegra com a sua criação”<sup>1</sup>.

No espírito dessa leitura sabática da natureza, entendemos melhor que no Jubileu se prescrevia em Israel o descanso da terra por um ano (Lv 25,4-5). Em termos de hoje, a leitura sabática do Jubileu pede uma atenção ao meio ambiente. A Alemanha decidiu dentro de um prazo já estipulado encerrar com a aventura atômica, desativando as usinas de energia nuclear. Aponta um caminho concreto para “deixar a terra descansar”, no caso, muito mais ainda, deixar de viver sob a ameaça da morte nuclear.

Há alguns anos a França foi palco de uma experiência jubilar. Quando o Governo francês prosseguiu seu projeto nuclear, fazendo explodir no Pacífico bombas atômicas, houve tal alarido mundial, capitaneado especialmente pelos ecologistas, pelo “Green Peace”, seguido do

boicote de compra do vinho “novo” francês que o governo teve de desistir de continuar com tais experimentos. São essas pequenas vitórias que manifestam a existência do espírito jubilar.

O Natal oferece época propícia para aprofundar tal perspectiva de respeito à terra no sentido de protegê-la da devastação gananciosa. No Brasil, as madeiras, as mineradoras, as empresas de pescas inescrupulosas, a caça indiscriminada, os aventureiros conquistadores das florestas, apoiados naturalmente por capitais nacionais e internacionais, constituem grande ameaça à vida. Melhor Natal não haveria do que um “basta nacional” a toda essa farra destruidora da natureza.

O Jubileu judaico via a terra também sob a perspectiva da distribuição, opondo-se a sua concentração. Prescrevia-se o resgate das terras penhoradas e vendidas (Lv 25,28). Num país ainda de estrutura familiar forte, insistia-se no retorno ao grupo familiar (Lv 25,35ss). À guisa de exemplo, vale a pena ler o capítulo 5 de Neemias (445aC). Aí encontramos uma cena que parece descrever a situação do Brasil de hoje. Uma insatisfação popular que pede trigo para comer e viver. Os endividados também clamam. Não conseguem pagar as penhoras feitas simplesmente para matar a fome. Não conseguem saldar os impostos, as prestações assumidas, tendo para isso empenhado campos e vinhas. E olhando para os ricos reconhecem neles seus irmãos de pátria, de raça. Aqui são milhões de brasileiros explorando brasileiros. Nem falta no realismo bíblico, a entrega dos filhos e filhas como escravos. Infelizmente entre nós também essa miséria se reproduz, seja por meio do trabalho escravo, do trabalho do menor, da prostituição das filhas.

1. J. MOLTSMANN, *Doutrina ecológica da criação. Deus na criação*, Petrópolis, Vozes, 1993, p. 23.

A grande diferença, porém, consiste em que lá houve um Neemias que ouviu esse clamor, tomou-se de cólera e vituperou os poderosos e magistrados. Carecemos de alguém que diga à elite de nosso país: “É um fardo que fazeis pesar uns sobre os outros”. Neemias exige em seguida a restituição dos campos, vinhas, olivais, casas, parte do dinheiro, de trigo, de vinho novo, de azeite. E a resposta foi pronta: “Nós o restituiremos e não exigiremos nada deles. Faremos como mandas”. — A continuação da cena é belíssima. Neemias chama os sacerdotes, faz as pessoas jurarem que fariam como fora mandado. Num gesto altamente simbólico, ele sacode a dobra do manto e diz: “É assim que Deus sacudirá fora de sua casa e longe de seus bens todo homem que não cumprir sua palavra! É assim que ele será sacudido e deixado sem nada! E a assembléia inteira disse: “Amém!” e louvou a Deus. O texto termina dizendo que o povo fez o que fora combinado (Ne 5,1-13).

Quem não lendo essa passagem não pensa imediatamente na reforma agrária de nosso país? Onde está o Neemias que a faça realidade? Já temos o clamor popular na forma organizada do MST que está desvelando diante de todo o país a injustiça no campo. Aparecem cada dia mais claramente infinitas tramóias feitas por muitos dos que se aposaram de gigantescas glebas. O Natal de 2000 está aí a despertar-nos para essa realidade da Reforma Agrária, que nun-

ca foi tão agitada no país como nos dias de hoje.

O perdão das dívidas (Lv 25,37ss) e a libertação dos escravos (Lv 25,54) fazia parte também da tradição jubilar dos judeus. De novo, estamos diante de tremendo problema atual. A CNBB organizou a Terceira Semana Social Brasileira em torno do tema do “Resgate das dívidas sociais”. Versão atual do Jubileu bíblico. Foram três anos de reflexão, discussão buscando um caminho para a justiça. Está ainda no horizonte o sonho dessa semana de que a dívida externa dos países pobres seja cancelada de maneira que o montante correspondente seja aplicado no resgate da dívida social interna.

Evidentemente os países ricos e seus respectivos banqueiros continuam extorquindo os países pobres para que paguem uma dívida já várias vezes pagas, mas sempre aumentada por jogos de contabilidade. Seria um Natal maravilhoso para o mundo se houvesse um acordo internacional que regulamentasse o uso do dinheiro destinado ao pagamento das dívidas externas para o campo social dos países pobres. Estamos ainda longe do espírito bíblico do Antigo Testamento. O que os judeus já tinham intuído centenas de anos antes de Cristo ainda é novidade para as mentes cobiçosas de hoje. A herança de Israel é rica suficiente para tornar o Natal de países cristãos mais perto do espírito do próprio Jesus. Enfim, ele era um judeu, conhecedor e amante de sua tradição.

## II. NA PERSPECTIVA DE JESUS DE NAZARÉ

Jesus acrescenta novidades à tradição judaica. Assim o Jubileu anunciado por ele, que o Natal quer celebrar, é reinterpretado para a nova situação criada com sua presença. Ao escolher um texto de

Isaías para proclamar seu Jubileu, Jesus, ao mesmo tempo, mostra sua continuidade com o espírito do Antigo Testamento e dá-lhe um novo sentido. Com isso, reafirma as intenções principais da

tradição jubilar judaica e introduz novos aspectos.

O texto de Isaías traduz melhor para Jesus o espírito do Jubileu que ele quer proclamar do que a forma legal do livro do Levítico. A versão livre de Lucas (4,18-19) retoma versículos do profeta de dois lugares (Is 61,1 e Is 58,6) com omissões e acréscimos de modo que se transformou num verdadeiro texto jesuano.

O texto de Isaías é tirado dum contexto de unção de um profeta<sup>2</sup>. Como Jesus acabara de ser batizado, a alusão ao Espírito faz imediatamente pensar no Espírito que descera sobre ele no batismo. Fica clara a referência à missão que Jesus vai desenvolver. Com efeito, os dizeres do profeta traduzem literalmente os gestos e práticas que Jesus desenvolverá ao longo de sua vida.

Começa com o anúncio da Boa Nova aos pobres. Aí está o eixo central do Ano de Graça, desse Jubileu, ao qual Jesus dá início. Fora dessa perspectiva, não se pode entendê-lo.

Toda a vida de Jesus vai ser a confirmação concreta e histórica desse anúncio. Viverá com os pobres, como os pobres. Nasceria pobre, de uma família, de prováveis migrantes do Sul para o Norte. Conheceria o trabalho duro dos pobres. Participará das incertezas dos sem-casa. Comparar-se-á com a raposa que têm sua toca e com os pássaros que têm seus ninhos, enquanto ele não tem onde reclinar a cabeça (Mt 8,20).

Sua identificação com os marginalizados não só atingiu os pobres materiais, mas também os excluídos pela doença, pela pecha de serem endemoninhados e pecadores. Escandalizará os fariseus por comer com os pecadores (Lc

15,2). Se ainda páraisse alguma referência de sua opção pelos marginalizados, pelos excluídos de todos os tempos, morreu despojado de todas suas vestes entre dois condenados à morte.

Esse espírito de Jesus informa qualquer verdadeiro Jubileu cristão. E quando nos perguntamos como celebrar o Natal nesse ano jubilar, não pode faltar a presença do pobre. Como?

A compreensão da realidade do pobre tem mudado e as maneiras de relacionar com ela também. Nos seus inícios corajosos e proféticos, a nossa Igreja da libertação, no espírito de Medellín e Puebla, debruçou-se sobre a dura vida do pobre material, sobretudo em suas formas extremas. É a pobreza básica, terrível. Conduz à morte "antes de tempo" (Bartolomeu de las Casas). Impede uma vida humana digna.

Os tempos mudaram. Não para alívio dessa pobreza, mas para envolvê-la mais fortemente ainda com outros aspectos étnicos, culturais e de gênero na sua qualificação. Com o avanço do neoliberalismo, os pobres se fizeram mais pobres materialmente e culturalmente. À medida que o mercado ocupa a centralidade do sistema e se globaliza, toda pessoa que não tem acesso a ele termina por ser excluída. Desta maneira, o exército dos excluídos está a crescer, transformando a pobreza num gigantesco problema social.

A pobreza se torna mais próxima da morte. "Hoje percebemos cada vez mais claramente o que está em jogo nessa situação: a pobreza significa morte. Morte provocada pela fome, doença ou por métodos repressivos dos que vêm perigar seus privilégios diante de todo esforço de libertação dos oprimidos"<sup>3</sup>. "Morte antes do tempo"<sup>4</sup>, morte física,

2. Ver nota 2 ao versículo Lc 4,18 da Bíblia na Tradução da TEB.

3. G. GUTIÉRREZ, *La verdad os hará libres. Confrontaciones*, Lima, CEP/IBC, 1986: 20

4. G. GUTIÉRREZ, *A força histórica...* p. 111.

“morte cultural porque numa situação de opressão se vê destruído tudo o que dá unidade e força aos despossuídos desse mundo”<sup>5</sup>. Destruição das pessoas, dos povos, das culturas, das tradições. Está em jogo a defesa da vida em todas as dimensões.

Um primeiro passo, por conseguinte, é uma conscientização do agravamento da situação do pobre. Apesar de o mundo ficar sempre mais rico com o desenvolvimento tecnológico, as migalhas que estão caindo de sua mesa são cada vez menos numerosas. Pois o modelo de desenvolvimento é sempre pensado para as novas necessidades e desejos das elites. E entre elas e o povo a distância cresce. De maneira grotesca, o lixo dos ricos já não serve para suprir as necessidades básicas dos pobres. É um lixo inútil. Ninguém consegue comer pilhas de computador velho! Nada é pensado em função dos pobres, nem o lixo.

É possível influenciar nesse modelo, ou melhor, nesse paradigma de crescimento econômico, procurando que o Brasil não se enverede por um mimetismo cego e sim produza tecnologias aptas para nosso momento sócio-econômico e cultural. Nessa linha, existem sugestões muito pertinentes e concretas duma equipe competente de economistas, sociólogos, politólogos<sup>6</sup>.

Este ano é o Natal dos 500 anos do nascimento desse país que se chama Brasil. Antes de ele nascer, aqui nasceram milhões de índios que sofreram verdadeiro genocídio. Nascimento de um, morte de milhões. Essa dura realidade, além dos já repetidos gestos de pedido de perdão, merece uma memória na festa do Natal. Memória que se transforme em gestos concretos de defesa da

cultura e dos povos indígenas, garantindo-lhes a terra necessária para viver.

A evangelização dos pobres anunciada por Jesus vem seguida de gestos concretos simbólicos: a libertação dos cativos, a recuperação da vista dos cegos, a liberdade dos oprimidos. Voltando-se para nosso contexto atual, sem cair numa pura exegese alegórica, mas captando realmente o espírito do anúncio de graça de Jesus, podemos nomear os cativos, os cegos e os oprimidos de hoje. Os cativos do texto lucano aludem ao Levítico que se refere diretamente ao fato de todos os habitantes voltarem a seu patrimônio e a seu clã (Lv 25,10). A mobilidade do mundo atual não permite naturalmente a literalidade dessa prescrição. Mas, no seu espírito, podemos entender o direito à terra, ao trabalho, à moradia. Os termos clã e patrimônio cobriam naqueles idos o que trabalho, moradia e terra significam hoje.

A cura de cegos vai acontecer várias vezes na vida pública de Jesus. Mateus fala da cura duas vezes de dois cegos (9,27-31; 20,29-34), enquanto Marcos fala de um só cego em dois casos (8,22; 10,46-52), citando no segundo caso o seu nome — Bartimeu. Em outros momentos, a cura de cegos é apresentada como sinal messiânico (Mt 11,5; Lc 7,21.22; ). Serve também de imagem de incredulidade nas críticas de Jesus aos fariseus (Mt 23,16ss). Jesus se entristece dessa cegueira espiritual (Mc 3,5). E João toma a cura do cego como alegoria catequética do caminhar para a fé.

Olhando esse conjunto de passagens, emerge a idéia central do papel iluminador de Jesus em relação às cegueiras espirituais e materiais. No primeiro caso com sua mensagem. No segundo

5. G. GUTIÉRREZ, *La verdad...* p. 20.

6. C. BENJAMIN, ARI J. ALBERTI ET ALII, *A opção brasileira*, Rio, Contraponto, 1998.

na como sinal de sua atitude de miserabilidade, de proximidade com a miséria humana. E então surge a pergunta para nós hoje: quais são as cegueiras que nos envolvem e como podemos aproximar-nos da miséria humana, simbolizada pela condição de cego? Como o Natal poderá ser luz e proximidade?

Analisar as cegueiras da sociedade é penetrar-lhe a cultura. A cultura são nossos olhos e a nossa venda. Com ela e nela nos situamos, nos entendemos, nos relacionamos. Possibilita o convívio humano. Isso enquanto luz. Mas, ao mesmo tempo, porque estamos mergulhados nela não lhe captamos os limites. Ela venda-nos os olhos. Só com especial esforço crítico, açulados por outras experiências e contactos, é que conseguimos ir mais fundo nas suas obscuridades.

Sem dúvida, a maior cegueira de nosso momento social é o individualismo com tudo o que ele comporta. É causa e efeito de inúmeros males de tal modo que nos parece difícil distinguir quando é um ou outro. Por isso, é mais fácil elencar os elementos com os quais ele está associado nessa dupla função de causa-efeito sem mais inquições.

A mola do sistema atual é a concorrência, alicerçada na competência. Esta liga-se às possibilidades de modernização tecnológica. Com isso, institui-se a verdadeira luta darwiniana da sobrevivência do mais forte, preparado, competente, atualizado, em detrimento de todos os que se situem atrás. É uma ideologia extremamente violenta apesar de se viabilizar por meio da arma branca do saber. O outro — pessoa, firma, companhia, Estado, país, etc. — é o adversário a ser vencido. E se se fazem uniões é para que o novo sujeito possa derrotar outros igualmente fortes.

Há um individualismo que afeta as pessoas e as instituições que se colocam

na busca e defesa de seus próprios interesses pessoais ou corporativos. Está-se absolutamente cego à solidariedade, à gratuidade, à generosidade, à misericórdia. Exatamente o núcleo da mensagem e prática de Jesus. Ele veio para afirmar esse lado da balança da existência humana.

O individualismo vincula-se também ao hedonismo consumista. Cria-se um dos círculos infernais de nossa sociedade atual. Produz-se para satisfazer uma demanda consumista. O consumismo açula a produção. Ambas provocam um desenvolvimento tecnológico cada vez mais sofisticado que, por sua vez, alimenta esse tipo de consumismo. E quem está fora do círculo? Aqueles que ainda pelejam para resolver os problemas básicos da existência. E quando esses não resistem à pressão da propaganda de bens de consumo conspícuos e não têm condição econômica de obtê-los, enveredam-se então pelos caminhos tortuosos da droga, do crime, do assalto para estar à altura de tal consumo.

Há um clamor nacional em relação à violência tal é o grau que ela está atingindo especialmente nos centros urbanos. Enumeram-se as mais diversas causas. Vejo como uma das mais importantes a gigantesca cegueira de nosso sistema diante do círculo satânico: desejo provocado pela propaganda desbragada — consumismo — desenvolvimento tecnológico — deixando de lado toda outra consideração social, humana, solidária. A cultura atual não ensina disciplinar os desejos e apetites. Antes, provoca-os ao extremo na linha do hedonismo e consumismo. E quando não se pode satisfazê-los, que fazer? Na imagem platônica, o nosso desejo sensível, de consumo, de prazer, de materialidade é “um cavalo impetuoso, atarracado e robusto, de pelagem escura, olhos fundos,

orelhas peludas. Corpo compacto e espesso, surdo às ordens da inteligência, o cavalo preto se movimenta sempre na mesma direção: salta no sentido de tudo que é belo, para tocar e possuir...O apetite é rebelde à domesticação. Tudo o que se pode fazer é puxá-lo para trás e castigá-lo num momento preciso, sabendo que, tendo oportunidade, mínima que seja, ele vai se reerguer e partir a galope”<sup>7</sup>. Por mais forte que pareça a imagem de Platão, ela revela a violência a que está submetido o ser humano quando seus apetites não só não são disciplinados como açulados por uma sociedade do hedonismo e do consumismo.

Olhando para o presépio, tão carregado de símbolos de simplicidade e pobreza, percebemos a distância do mistério do Natal e das pretensões de nossa sociedade cega. Sem educação dos desejos e apetites, aprendendo desde criança o limite, não se superará nunca

a onda crescente de violência. Ela se nutre da distância das insaciáveis realizações dos desejos e as propostas coloridas da sociedade. Que pode fazer um menino de rua que deseja um tênis Nike, proposto na propaganda como elemento necessário para sua realização e não tem dinheiro para comprá-lo? Que pode fazer alguém que entrou no buraco sem fundo do desejo da droga quando o dinheiro acaba? Que pode fazer alguém, que na loucura insaciável de uma droga se vincula a traficantes e fica-lhes devendo, para escapar da vingança? A resposta estamos vendo todos os dias nas ruas.

Se o Natal nos ensinasse a lição da sobriedade, do controle de nossos desejos consumistas, de nossa busca sôfrega de prazer à custa de qualquer outro valor, estaríamos celebrando-o no espírito de Jesus. E muitas vezes esta festa contradiz a si mesma, provocando a mais louca onda de gastos supérfluos e até doentios.

### III. NA PERSPECTIVA DO PAPA BONIFÁCIO VIII

O Jubileu tem um aspecto eclesiástico que lentamente se distanciou das duas fontes anteriores. O Papa João Paulo II, porém, quer fazê-lo recuar a elas. Antes vejamos em que consistiu tal afastamento.

A história é conhecida. Basta recordá-la. No dia 1º de janeiro de 1.300, eis que Roma se vê invadida por peregrinos vindos do Norte da Europa pedindo ao Papa Bonifácio VIII a possibilidade de ganhar a indulgência plenária ou o Jubileu em lembrança do nascimento de Cristo. Tal obtenção, diziam, estava vinculada à visita aos túmulos dos apóstolos S. Pedro e S. Paulo. Daí virem até Roma. E foram chegando mais peregrinos. O Papa surpreso, sem entender bem a questão, pen-

sou tratar-se de reminiscências das indulgências vinculadas às Cruzadas. Diante de tal fato, promulga no dia 22 de fevereiro a bula *Antiquorum habet*, instituindo o Ano Santo. Já aí apareciam as condições para obter a indulgência plenária: confissão, comunhão e visita as Basílicas de S. Pedro e S. Paulo, 30 vezes para os romanos, 15 para os forasteiros. Pouco a pouco, esta instituição foi-se firmando por meio de disposições de outros papas que reduziram os intervalos a 50 anos, e depois a 25 anos. Além disso, proclamaram Anos Santos especiais, como o de Pio IV (1560) implorando as bênçãos para o Concílio de Trento, o de Pio XI em 1933 em memória dos dezenove

7. G. SISSA, *O prazer e o mal. Filosofia da droga*, Rio, Civilização Brasileira, 1999, p. 52s.



discriminação, inclusive de crença. O símbolo da visita ao irmão e irmã faz ecoar no nosso coração as palavras de Jesus do evangelho de Mateus c. 25. Nesse momento, o Jubileu eclesiástico articula-se com o jesuano.

Na Bula de Proclamação da abertura do Ano Santo, o Papa insiste, mais uma vez, na centralidade do mistério da Encarnação, citando S. Paulo (Ef 1,3-5.9-10). Faz questão de que o centro das celebrações fosse tanto Roma como a Terra Santa. As celebrações se farão em todas as Igrejas Particulares espalhadas pelo mundo, dando assim uma simultaneidade celebrativa de grande valor simbólico da unidade na diversidade. É uma chamada à conversão pessoal, mas também a toda comunidade dos fiéis para ser "o fermento e a alma da sociedade humana a qual deve ser renovada em Cristo e transformada em família de Deus", no espírito do Concílio Vaticano II (GS n. 40). A dimensão social, embora não tão explicitada, persiste presente nas celebrações do Ano Santo.

Há um acento importante dado pelo Papa para esse Ano Santo: a peregrinação. Palavra carregada de longa história e de muitas significações. A Bíblia é toda atravessada por saídas, expulsões, peregrinações as mais diversas. Tudo começa com uma saída em forma de expulsão. Adão e Eva deixam o paraíso para enfrentarem o trabalho e a dor. Caim perambula marcado com o sinete de Deus, que o defende, embora tenha sido o assassino de seu irmão. Abraão deixa sua terra em Ur na Caldéia para iniciar a milenar peregrinação do Povo de Israel. O Papa quis, num primeiro momento, começar sua peregrinação aos lugares santos da vida de Jesus, lá de onde Abraão partiu. Já que por razões de política internacional não o pôde realizar fisicamente, o fez simbolicamente, chamando de Ur aquele

lugar em Roma onde iniciava sua ida à Terra Santa. A maior gesta de Jahwe no Antigo Testamento é acompanhar o Povo hebreu durante 40 anos na sua peregrinação pelos desertos, saindo do Egito para a Palestina. Depois vieram a ida para o exílio da Babilônia, a peregrinação de volta para a reconstrução do Templo. Mais uma vez cai sobre o povo o gládio da perseguição, com a destruição do Templo e o incêndio da cidade de Jerusalém. Inicia-se um secular caminhar dos judeus pelo mundo até voltar a criar seu Estado em 1948.

Jesus, antes mesmo de nascer, já se faz peregrino no seio de Maria com José indo da Galiléia para a Judéia. Toda a sua vida será um contínuo peregrinar. Na teologia de Lucas, ocupa lugar de excelência a viagem da solene subida de Jesus para Jerusalém, onde é crucificado. E de Jerusalém saem os apóstolos para peregrinar pelo mundo, anunciando o Evangelho. Desta maneira, a Igreja se expande. Ao longo da história, os missionários vão repetir essas façanhas indo para os cinco Continentes. Na época das cruzadas, era um peregrinar guerreiro para defender e salvar os lugares sagrados.

Os dois centros principais da celebração — Roma e a Terra Santa —, escolhidos por João Paulo II para este Ano Santo, foram aqueles que, pouco a pouco, se transformaram, sobretudo a partir da Idade Média até nossos dias, nos pólos maiores de peregrinação. Evidentemente o privilégio de fazer tais peregrinações não é para todos. Por isso, cada país e dentro deles as diversas regiões têm seus pontos de peregrinação. Enfim, é uma prática de todos os tempos e lugares.

Os imaginários religiosos de cada época permitiram que as pessoas vivenciassem a peregrinação de maneira diferente. Ora predominava o espírito guerreiro, ora penitencial, ora de devoção à

Terra de Jesus, ora de fidelidade a Roma, ora de devoção à Maria, ora de combate aos inimigos da fé, etc.

No momento atual, em pleno domínio absoluto do capitalismo com seu dogma central do mercado, o maior risco que correm as peregrinações é de transformarem-se em turismo. É a forma comercial e secularizada da peregrinação.

Um mérito da atual pastoral de peregrinação é a constante conscientização do seu caráter espiritual. A Roma que vive do turismo está desapontada com as ondas de peregrinos que chegam. Frugais nas comidas e bebidas, morando em ca-

sas de família que acolhem ou em albergues religiosos ou tendas, não têm enchido as burras do comércio. Assim se tem vivenciado mais claramente o espírito cristão da peregrinação.

À luz do Natal, a peregrinação pode traduzir-se em visitas, como vimos acima. Não é necessário ir longe. Basta bater na porta do vizinho e dizer-lhe: Feliz Natal! E atrás dessa saudação, um sorriso e um olhar de acolhida, de partilha, de esperança. No meio a tanta desconfiança entre as pessoas, nada mais evangélico que criar laços de "fraternura", como dizem os nicaraguenses, para exprimir "fraternidade com ternura".

## CONCLUSÃO

Em nossas igrejas, já vivenciamos a abertura do Ano Santo no Natal de 1999. Ao celebrar o Natal deste ano de 2000, é o momento de perguntar-nos pela trajetória de nossa comunidade nesse ano jubilar. Em que cresceu? Que sentido teve esse Ano Santo? Como crescemos na vida de caridade, vivendo do Espírito de Deus no nosso cotidiano, nas nossas relações com as pessoas? Enfim, o Natal de 2000 é momento de recolher os frutos da caminhada e abrir perspectivas novas para o milênio que realmente começa com a virada do ano.

---

### QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que elemento fundamental da tradição do Jubileu judaico podemos reter para prolongar a vivência do Ano Santo?
2. Do Ano de Graça anunciado por Jesus (Lc 4,19), que sinais questionam o modo como estamos vivendo a nossa vida cristã?
3. À luz da longa tradição bíblico-cristã e eclesial da peregrinação, como ajuizar as nossas peregrinações?

 João Batista Libanio: Teólogo.  
Professor de Teologia no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus de Belo-Horizonte.  
Assessoria teológica em nível nacional e internacional. Várias obras publicadas.

*Endereço do autor:*  
Caixa Postal 5047  
CEP:31611-970  
Belo Horizonte - MG

# Denúncia da dívida e anúncio profético do Jubileu

FREI CARLOS JOSAPHAT, OP

A tradição do jubileu se desdobra através dos séculos revelando a compreensão mais ou menos profunda que, em cada momento, a cristandade vai tendo das exigências do Evangelho. Muito particularmente essa celebração traduz o sentido da solidariedade e das responsabilidades sociais que anima os cristãos diante dos desafios da história. No limiar do novo milênio, o jubileu foi a grande ocasião, o *kairós* mais do que oportuno, para uma atitude profética da Igreja. Ela abriu os olhos e chamou a atenção do mundo para os grandes problemas da humanidade hoje.

## O JUBILEU E A DIMENSÃO SOCIAL DO EVANGELHO

A data arredondada e simbólica de 2000 marca a comemoração da entrada de Deus em nossa história. Vem avivar o confronto da mensagem profética e evangélica com a marcha da civilização. O ideal bíblico de solidariedade, enraizada na justiça, exigindo a busca de todos os direitos para todos, joga um facho de luz sobre o tipo de sistema social, político e econômico, que aí está. O sistema se mostra em toda a sua triste verdade, — distorcido pela corrupção dos grandes e pela violência crescente, suscitada e nutrida pela corrupção. É a malquerença envenenada que se organiza em subsistemas alternativos para explorar o grande sistema, contando com o apoio de quantos não se resignam

a serem relegados e excluídos do banquete do consumismo sofisticado.

Nesse contexto de globalização, rica de promessas e ameaças, à luz sempre nova da Palavra, a dívida externa não é uma questão entre outras. É hoje a questão econômica, política e ética por excelência. O endividamento, não de um ou outro pequeno país, mas de todo um conjunto de países emergentes, como o nosso, é um efeito perverso de uma política de governos, muitos deles ditatoriais, agindo à revelia do povo e apostando em um modelo de desenvolvimento dependente. Mais ainda, a prioridade dada ao “serviço da dívida externa”, acarreta toda uma torrente avassaladora de injustiças e calamidades, agravadas no quadro da

a  
i  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
r  
e  
e  
v  
o  
n  
v  
e  
r  
e  
a

chamada globalização, que afirma sua tendência mais e mais concentracionária e excludente. Nem haja surpresa, pois vai sendo conduzida pelos monstros frios que são as entidades transnacionais, os bancos internacionais, o poder político e econômico de alguns Estados tidos por mais avançados.

A dívida externa é a causa determinante ou superdeterminante da incapacidade em que se debatem os países economicamente dependentes de encontram o caminho do pleno desenvolvimento humano. Dentro de planos preestabelecidos no exterior, eles se esbaldam em produzir, exportar e arrecadar sempre mais para atender ao serviço de uma dívida sempre crescente, apesar de absorver juros cada vez mais polpudos.

Assim, o mais grave sob o ângulo da ética social é que a dívida externa permanece, qual perversidade, causa de perversidades imensas. A extorsão dos re-

cursos do país para pagar os juros da dívida é em si um crime. Mas ela joga a nação na impossibilidade de resgatar sua dívida social, de assegurar ao conjunto do povo os bens e os direitos fundamentais. Leva assim a sociedade a uma situação de caos moral e social, a um clima de corrupção dos poderosos e de violência crescente fomentada pela falta de educação e pela desinformação sistematizada da mídia. A dívida externa, de que se abatem apenas os juros, e cujo montante tende a crescer por uma série de fatores causados ou apreciados unilateralmente do exterior, torna-se uma fonte de um agravamento de todos os problemas sociais.

Por tudo isso, se compreende que, para a Igreja universal e para a Igreja no Brasil, a dívida externa tenha um sentido amplo e profundo na perspectiva bíblica e espiritual do Novo Milênio e do jubileu que o celebra.

## DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA DE UM POVO DE PROFETAS

A Igreja convida então a reler a Sagrada Escritura de uma maneira muito profunda, indo ao essencial da revelação, que é o conhecimento de Deus Amor, levando à promoção e à libertação oferecidas a todos os homens e mulheres, a todos os indivíduos e povos.

Sem dúvida, guardam-se os dados tradicionais de um jubileu, mais voltado outrora para a salvação individual, com o cortejo das práticas medievais das visitas a templos e da obtenção de indulgências. Menos ainda se rompe o laço histórico — humano, muito humano — que prende peregrinação e turismo, celebração religiosa e espetáculo. A novidade verdadeiramente evangélica vem a ser que a Igreja não deixa de se mostrar atenta aos sinais dos tempos, ao contexto

cultural e espiritual do Novo Milênio. Dá ao jubileu uma dimensão social. Evoque-mos um exemplo muito simples que ilustra essa conjunção do lado tradicional do jubileu e da atual preocupação profética da Igreja com os problemas fundamentais de hoje. É o amor preferencial pelos pobres inspirando e — gostaríamos de dizer — suplantando a antiga prática da visita às igrejas como meio de ganhar indulgências. Pois, o Papa propõe como meio de lucrar indulgências, não apenas se deslocar em visitas a templos privilegiados, mas indica:

Em qualquer lugar, se forem visitar, durante um razoável período de tempo, os irmãos que se encontram em necessidade ou dificuldade (doentes, presos, anciãos sozinhos, deficientes, etc.), como

que realizando uma peregrinação a Cristo presente neles (cf. Mt 25, 34-36).<sup>1</sup>

Semelhante inovação é muito significativa. Dentro do quadro medieval das indulgências, o Santo Padre aponta para a prática evangélica da visita aos pobres vendo neles o próprio Cristo. É verdade que há o risco nada hipotético da ambigüidade. O devocionismo individualista pode abafar a abertura e a tomada de consciência dos problemas sociais.

Nosso empenho será de seguir e realizar a dimensão profética do jubileu. Vamos de acentuar a leitura bíblica que inspirou a celebração pessoal e social do jubileu, conversão total do coração e reajustamento racional e ético das instituições.

Com esse empenho, convém evocar, ainda que de forma sumária, os textos bíblicos básicos sobre o jubileu.

A mensagem mais explícita e insistente se encontra em Lv 25,5, a completar pela comparação com Ex 20-23 e Dt 15. Vê-se aí o jubileu qual celebração de ação de graças e regozijo pelo dom divino da terra e da libertação do povo. Realiza-se em um "ano sabático" (Coroamento de "sete vezes sete anos"). É iniciado pela proclamação solene e universal ao som da trombeta, — *do yobel* — anunciando a libertação, o fim de toda escravidão, de toda dívida, o descanso (=o *sábado*) dos seres humanos e da terra, em reconhecimento festivo e santificador ao Deus Criador e Libertador.

*Yobel*, o som da trombeta despertando o povo, é o símbolo da conscientização, que brota do anúncio da Palavra e se propaga, pelos montes e descampados, tecendo laços de justiça e solidariedade..

O essencial dessa mensagem jubilosa é o dom e a exigência da libertação: A terra é para o bem de todos, destinada a ser

partilhada e cultivada, a se tornar um jardim, um paraíso para todos. É necessário acabar com endividamento que cerceia a liberdade, compromete a partilha da terra e dos bens, impedindo a alegria de viver e de conviver na solidariedade.

Nada de defeituoso ou manchado pode ser oferecido e agradável a Deus. Essa insistência de caráter ritual se inspira na compreensão da santidade de Deus. Vivido e irradiado pelos profetas esse conhecimento do Deus da Aliança se concretiza nessa norma fundamental: o Povo de Deus é o povo a Ele consagrado por uma fé que exclui toda concessão idolátrica e por uma solidariedade fraterna que exclui toda injustiça. Há uma convivência profunda e maléfica entre a idolatria e a injustiça, assim como existe uma afinidade indissociável entre a perfeita piedade filial para com Deus e a comunhão fraterna que assegura a acolhida e a partilha da terra e de todos os dons da Aliança.

Tal é a origem e o sentido bíblicos do ano da perfeição pentecostal do jubileu. Ele proclama e celebra a plenitude das sete semanas, em que a criação de Deus e o trabalho humano exultam no repouso, na paz, resplandecendo em uma religião sem idolatria e em um povo sem exclusões.

O jubileu é um ideal divino. Corre o risco de ser tido como miragem para além da história e da esperança. Por isso, o jubileu está ligado à missão profética de reacender, de atizar e ativar a esperança que faz o povo viver e marchar. O Profeta está animado do Espírito do Senhor e vem anunciar o ano da graça santificadora e libertadora (Is 61,1-4). Para Israel e para a Igreja apostólica Isaias é o símbolo e a síntese dessa mensagem que mantém o povo na sua identidade de povo da esperança da vitória da justiça sobre pecado dominador e opressor.

1. JOÃO PAULO II, *Sobre a celebração do grande Jubileu do ano 2000, Paulus, São Paulo, 1998, p. 26.*

O Evangelho se abre como o jubileu por excelência. Repleto do Espírito Santo, Cristo vem realizar plenamente o jubileu prometido. Este é inaugurado pela sua missão messiânica. Segundo Lc 4,18-19, a boa nova de Jesus aponta para o tempo da graça prenunciado em Is 61,1-4.

Assim a dívida externa é situada e iluminada na perspectiva do jubileu do ano 2000, não de maneira accidental ou exortatória, mas em conexão com a volta da Igreja ao essencial de sua mensagem, de sua missão, de seu ser profundo.

### DIGNIDADE E PAZ, SEM EXCLUSÕES

Esse sentido profundo da nova atitude profética evangélica em relação à dívida se ilustra de maneira mais clara e concreta ainda partindo do texto-base da Campanha da fraternidade do ano 2000. Essa Campanha, preparada de maneira ecumênica por várias comunidades cristãs, está centrada sobre o antagonismo “dignidade versus exclusões”.

O “Texto-Base” da Campanha está inspirado e articulado, com muita felicidade, pela análise do tema da dignidade que se vê hoje ferida de toda parte e de muitas maneiras, e que há de ser valorizada e restabelecida por um trabalho conjunto. A Campanha vem ajudar-nos a ver e compreender o sistema social estruturalmente injusto. Ele surge como uma rede de sistemas particulares — economia, mídia, política — todos tecidos, animados e distorcidos pela dominação das ambições de grupos e facções nacionais e internacionais. Destacam-se “quadros” formando um imenso painel da “dignidade ferida”, primeiro em um processo de ocultação, nos “porões da vida”. Tais são os “quadros”: dos “trabalhadores escravizados”,

são renovadas e transfiguradas por uma visão ainda mais profética e evangélica. O jubileu nos reconduz ao mistério central e fundador: Pela comunhão de fé, esperança, caridade somos convidados a reencontrar e aprofundar a comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Outro dado ainda essencial: A comunhão divina se realiza despertando e ativando a solidariedade humana. O jubileu do novo milênio veio ainda ativar e acentuar a confraternização ecumênica e interreligiosa a serviço da justiça e da paz.

da “sujeição das crianças”, dos “seres descartáveis”.

A dignidade é também ferida “à luz do sol”. Apontam-se e descrevem-se os “quadros” ostensivos e mesmo escandalosos do “genocídio dos povos indígenas”, da “escravidão dos povos negros”, da “discriminação da mulher”.

Prolongando a metáfora da sociedade espetáculo alienante, mas voltando-se para as causas das feridas à dignidade humana que ela fomenta, o olhar se volta para os “bastidores”, e aí descobre as forças e os fatores, donde brotam as injustiças, dominações e opressões.

Para marcar a responsabilidade pessoal dos cidadãos, a Campanha aponta para as “mentes e corações”. Na falta de consciências bem informadas, de convicções éticas e cívicas, predominam mentalidades acomodadas e ideologias intoxicantes, impedindo a realização social da dignidade e de todos os direitos para todos. No plano da constituição e do funcionamento da sociedade, as causas dessa ofuscação da dignidade humana se enraízam nas “estruturas econômicas” e no “sistema político”.



Caribe, um dos países com economia de renda média e considerado emergente, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população — 40 milhões de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas conseqüências sociais e ambientais.”

Os *considerandos* e o *veredicto* do Tribunal, as *responsabilidades* que ele aponta e a série de *compromissos e de estratégias de ação* que propõe constituem um documento doutrinal e prático de grande valor merecendo ampla divulgação, discussão e reflexão aprofundadas. Os 15 considerandos, apoiados nos “estudos e dados apresentados ao Tribunal”, partem da premissa: “a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável”.

Alguns dos *considerandos* analisam e estudam a natureza da dívida, mostrando rigorosamente que esse termo deve ser colocado entre aspas, pois ela não existe como compromisso ético, jurídico e político. Citemos estes textos que resplandecem pelo valor de seu conteúdo e de sua formulação lapidar: “A dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$ 148 bilhões em fim de 1994 para US\$ 235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$ 126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de qua-

se todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento”.

E se destaca a circunstância agravante: “a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70 de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$ 106 bilhões para a América Latina.”

Entre a múltiplas práticas ou abusos da parte dos credores ou da política econômica que levam o País à situação de penúria e à impossibilidade de resolver seus problemas de base, merecem relevo especial, estas constatações: “Existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros.”

Daí a conseqüência mais desastrosa e criminosa: “O governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente”.

Sob o ângulo, ao mesmo tempo, ético, jurídico e político, evidencia-se o caráter inaceitável da “dívida”:

“O excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro”; “este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;” “a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16/12/66, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência.”

Apoiados nesse feixe inquebrável de dados, de razões e argumentos, os integrantes do Tribunal pronunciam seu *veredicto*, decidindo por unanimidade:

- “A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente.
- Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores.
- Por isso, este Tribunal condena o processo do endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos orga-

nismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil.”

Uma atitude lúcida e corajosa vem prolongar esse veredicto. É a indicação clara das *responsabilidades* pelo endividamento e a subordinação do País ao imperialismo internacional:

- “Responsabiliza os governos e políticos que apóiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada.
- Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico.
- Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.”
- Finalmente “decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta decisão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.”

Mas o tribunal está longe de ficar em denúncias e a condenações. Ele assume a esperança presentes nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização justa e harmoniosa da economia e da sociedade. E passa a propor “a todos os brasileiros e brasileiras” todo um leque de “*compromissos e estratégias de ação*”, muito coerente e com as chances de serem operacionais, se forem aplicados de forma ordenada, seguida e constante:

- “Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições

senão a aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

- Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento.
- Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional.
- Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente.
- Pelo firme controle do câmbio, que instrumento o governo para frear a especulação e reestimular o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral.
- Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas.
- Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa.
- Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional,

visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos.

- Pela união dos povos da América Latina e Caribe em torno de políticas alternativas e estratégias comuns ao Continente, para enfrentar juntos o círculo vicioso do endividamento e os outros fatores de empobrecimento e subordinação que historicamente afligem todo o continente.
- Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembléia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e completamente endividados e os seus responsáveis.”

E conclui com firmeza e conclamando o povo brasileiro a uma atitude de lucidez e de coragem: *“O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania.”*

Uma nota de humor não poderia faltar na conclusão desse solene documento de saber e sabedoria: *“É a nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.”*

Esse júri é um exemplo de participação pluralista, reunindo pessoas e entidades competentes, colaborando com inteligência e destemor, despertando o País de um certo fatalismo que o sistema e a mídia vêm procurando manter.

Mas o fatalismo vai dando lugar ao sonho e à esperança. O plebiscito de 2-7 de setembro de 2000, enfrentando a inércia e o mutismo calculado da mídia, reveste um grande significado na perspectiva do acordar da consciência democrática e da cidadania de nosso povo e de uma emergência da inspiração democrática e libertadora da Constituição cidadã de 1988.

Ela mereceu o qualificativo honroso da Constituição cidadã porque após o crepúsculo cinzento das constituições outorgadas pela ditadura, retomava o ímpeto democrático da Constituição de 1946. Graças à mobilização das forças populares, a Constituição de 1988 prescreveu que a participação do povo se concretizasse em atos de democracia direta que viriam ativar e eventualmente retificar a democracia representativa. As formas de democracia direta: o plebiscito, o referendo, a iniciativa não foram reguladas ainda pela lei ordinária, por omissão do Congresso. Este obedeceu à Constituição que ordenava se fizesse um plebiscito sobre a forma de governo, com o fito de resgatar a obra da própria Constituição, que poderia ser tachada de resquícius de ditadura, uma vez que o processo eleitoral que designou os constituintes estava ainda marcado pela persistência de quadros e práticas do regime ditatorial.

Ora, em razão das muitas suspeitas que pesavam sobre a situação e o pro-

cesso de endividamento do nosso País, a Constituição ordenava (e ordena!) que dentro de um ano se estabelecesse uma Comissão parlamentar de inquérito sobre a dívida. (Ver Constituição Brasileira 1988, Disposições Transitórias, art. 26). O povo brasileiro esperou mais de dez anos e a comissão que deveria ser mista, da Câmara e do Senado, não saiu nem mesmo foi anunciada. Os que assinaram a Constituição, a começar pelo atual Presidente da República, continuam em geral no poder legislativo e executivo. E não cumpriram o que eles mesmos estabeleceram. Por que? Não assumiram a responsabilidade ao promulgar a Constituição? Tornaram-se irresponsáveis depois? Ou, simplesmente, foram, estão sendo e se propõem a continuar irresponsáveis?

O plebiscito simbólico celebrado na semana da pátria é um ato, um grito popular de fidelidade à inspiração democrática da Constituição. O País quer retomar o processo de sua democratização efetiva e total, buscar os caminhos de uma democracia econômica, cultural e social, que assegure todos os direitos para todos. Por isso esse plebiscito há de ser um começo, o ponto de partida de uma mobilização para uma revolução pacífica e democrática, para uma mudança de estruturas e a entrada em um processo de aprimoramento dessas estruturas econômicas, jurídicas e políticas.

### JUBILEU: DESCOBRIR A ALTERNATIVA DA PRIMEIRA EVANGELIZAÇÃO

Belo sinal dos tempos: no conjunto do mundo, especialmente em nosso País, o povo, os jovens à frente, vão se desfazendo das ideologias do conformismo, do deixar rodar ou fazer. Mais ainda, nada de deixar para amanhã a realização da justiça e da solidariedade.

Protelar a justiça é a forma bem manhosa, infelizmente muito corrente e eficaz, de perpetuar com segurança a injustiça e a dominação.

A comemoração do "Descobrimento" de nosso País e de nosso Continente, sob o foco da verdade e da coragem esperan-

çosa do jubileu, vai levando a arrancar as aspas e a máscara do Descobrimento. Pois, na sua realidade dura e crua, foi desconhecimento do Novo Mundo, impelindo à invasão, à conquista, ao processo de colonização espoliadora e depredadora, de que a globalização concentracionária e excludente quer o coroamento, em uma espécie de Internacional do capital sem nome e sem alma.

No entanto, pela primeira vez na história, o estudo e a reflexão sobre os “quinhentos anos” vão revelando às consciências e à opinião pública que desde o começo a colonização usurpadora e dominadora defrontou uma alternativa, um outro projeto de descobrimento recíproco dos povos. Houve a proposta, séria e bem pensada, de um encontro do Velho Mundo com a América e a África sob a forma de intercâmbio comercial, cultural e religioso, visando respeitar e promover todos os valores humanos, todos os direitos para todos. Semelhante projeto, de inspiração evangélica mas universalmente humano, — pois o amor evangélico é de si universal, — brotou da primeira equipe de missionários dominicanos da América. Recebeu deles uma primeira formulação incandescente na luta pela defesa dos Índios, isto é, da população nativa da América. Foi confirmada e elaborada em termos de direito internacional, sobretudo por Francisco de Vitória e a Universidade de Salamanca.

## TODOS OS DIREITOS PARA TODOS, HOJE

O mais representativo e o mais comovente pregoeiro dessa nova Igreja e dessa nova humanidade, sonhada aqui da América para o mundo, é o missionário dominicano e bispo de Chiapas no México, Frei Bartolomeu de Las Casas. Para ele a missão primordial dos reis, dos papas, dos bispos, dos cristãos e de quan-

Mas essa alternativa humana e evangélica foi rechaçada do processo de colonização opressora. Foi depois ocultada na história oficial de nossos países e até da história da civilização. Prevaleceu a tese da necessidade econômica de depredar a América na corrida pelo ouro e de escravizar índios e negros para realizar essa obra de concentração de riquezas nas metrópoles européias, deixar de levar adiante o indispensável mas limitado e dependente desenvolvimento das colônias. Era o triunfo da colonização almejada e planejada pelo poder político e econômico dos Reis Católicos, sacralizados pelos papas e sustentados pelos banqueiros. É bem significativo que os mesmos banqueiros Fugger, que compravam e negociavam templos indulgenciados, tenham financiado a eleição de Alexandre VI ao supremo pontificado e de Carlos V ao império ibero-germano-americano.

A alternativa humana e evangélica de um encontro solidário e mutuamente proveitoso entre os povos fiéis e os (chamados) infiéis não podia então ser viável porque a cristandade estava desprovida do amor evangélico universal. Era incapaz de descobrir o outro na sua diferença e na sua profunda identidade humana. Hoje, estamos começando a redescobrir a América que os primeiros evangelizadores vislumbraram à luz da fé e da fraternidade universal.

tos se interessavam pelo eldorado da América era assegurar ou promover todos os direitos para todos. É insistia: para todos e para todas, pois em meio a uma civilização machista defendia, de maneira surpreendente, os direitos das mulheres. Exigia sobretudo que se defendessem os direitos dos índios, seus direitos indivi-

duais e seus direitos econômicos e políticos, covardemente violados pelos conquistadores que se impunham pela força de seus cavalos e de suas armas de fogo.

Ninguém como Las Casas viveu e proclamou o Evangelho como força salvadora para todos e energia criadora de civilizações justas e solidárias. Seria sugestivo destacar umas tantas máximas que vão pontilhando seus escritos e que resplandecem como fochos de luz para a América que descobre sua autenticidade após cinco séculos de obscurecimento e ocultação de seu encontro-desencontro com os conquistadores.

Estes vinham com o empenho de subjugar e escravizar mão-de-obra em proveito de suas ambições e sua idolatria do ouro. Com os olhos na América, ameaçada por essa opressão, Frei Bartolomeu de Las Casas proclama:

“A liberdade humana é, com a vida, a coisa mais preciosa e valiosa do mundo”.

E, quando os conquistadores vêm impor uma nova ordem política e jurídica, novos reis e vice-reis, governadores, administradores, alcaides e xerifes, exibindo títulos de governo de posse outorgados pelo Imperador e pelo Papa, o missionário Las Casas, não hesita em contestar, em nome da justiça e dos direitos humanos universais:

“É direito da população ter um soberano próprio, natural de sua pátria e de sua gente, o qual seja senhor livre e possa governar livremente os seus súditos, e olhe pela utilidade de seu povo”.

Mas os “descobridores” não poderiam então colonizar a América? Deviam juntar suas bagagens e tomar o caminho de volta para a Metrópole? A res-

posta de Las Casas é simples e coerente como um catecismo da liberdade e do direito:

“Para que a colonização seja legítima e segundo o direito, é absolutamente necessário que intervenha o prévio consentimento dos reis e dos povos do Novo Mundo”.

Las Casas propõe nada mais nada menos do que um “plebiscito”, em que o sim dos habitantes nativos da América decidissem quem manda e não manda neste nosso Continente.

Uma vez que faltava essa base ética e jurídica, com a encantadora serenidade da lógica e do Evangelho, Las Casas tira essa conclusão de justiça, válida então e para todos os séculos:

“Todo ouro, toda prata, todas as pedras preciosas, jóias e pérolas, todos os metais ou objetos preciosos, de que os conquistadores espanhóis se apoderaram sem o consentimento dos índios, foram roubados e lhes devem ser integralmente restituídos.”

Mas, diante dessa injustiça continental, que irá crescendo com um câncer globalizado, que hão de fazer a Igreja e os responsáveis pela política e pela economia no mundo? O missionário Las Casas responde sem trastejar:

“Os bispos e os demais constituídos em dignidade secular ou eclesiástica estão obrigados, — por direito natural e mandamento divino, — a defender os pobres e oprimidos”.<sup>3</sup>

O jubileu — acolhido pela Igreja do Brasil em sua dimensão profética, de santidade e de libertação, — convida a retomar e a atualizar — com todos os reajustes convenientes — essa alternativa

3. Sobre a figura e a mensagem do missionário Frei Bartolomeu de Las Casas (1484-1566), no contexto dos Descobrimentos e da colonização, ver meu livro recente *Las Casas. Todos os direitos para todos*. Edições Loyola, São Paulo, 2000, 390 p.

proposta por Las Casas no limiar da colonização. Bom sinal dos tempos, vai-se confirmando e ampliando a esperança de que dá hoje para acordar a aurora do Novo Milênio. Confiando na Palavra, criadora de amor e de liberdade, nosso

povo está empreendendo a grande e rude marcha da justiça, da verdade e da paz, na busca efetiva de todos os direitos para todos e para todas, para as pessoas, as famílias, as comunidades, os povos e nações.

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Que lições aprender sobre a dimensão social do Evangelho, na perspectiva do jubileu?
2. Os recente acontecimentos: Tribunal da dívida externa e Plebiscito sobre o pagamento da dívida encontraram ecos na sua comunidade? Em que sentido?
3. Como a denúncia profética de Bartolomeu de Las Casas pode ser atualizada na sociedade excludente de hoje?

 Frei CARLOS JOSAPHAT, O.P.,  
Teólogo dominicano, professor emérito da  
Universidade de Friburgo — Suíça, escritor,  
autor de Moral, Amor & Humor — Igreja,  
sexo e sistema na roda viva da discussão,  
Editora Record — Nova Era, Rio de Janeiro,  
1997; Fé, Esperança e Caridade, Encontrar  
Deus no centro da vida e da história,  
Paulinas, 1998. Atualmente leciona na Escola  
Dominicana de Teologia em São Paulo.

*Endereço do autor:*  
Rua Atibaia, 420  
CEP: 01235-010  
São Paulo -SP

---

A dívida externa é a causa determinante  
ou superdeterminante da incapacidade em que se  
debatem os países economicamente dependentes  
de encontrarem o caminho do pleno desenvolvimento  
humano. Dentro de planos preestabelecidos no exterior,  
eles se esbaldam em produzir, exportar e arrecadar  
sempre mais para atender ao serviço de uma dívida sempre  
crescente, apesar de absorver juros cada vez mais polpudos.

---

# O Desejo de Jesus: a Comunhão

M<sup>a</sup> CONCEIÇÃO CORRÊA-PINTO, CSA

*"Desejei ardentemente comer esta Páscoa convosco antes de sofrer"*  
Lc 22,15

## INTRODUÇÃO

As palavras de Jesus nos dizem que a Eucaristia é a consagração de uma grande realidade humana, a aspiração pela comunhão, na qual a comunicação atinge o âmago das pessoas fazendo-se reciprocidade entre todas. Expressando um desejo de Jesus, dizem ao mesmo tempo que esta aspiração corresponde à de Deus: nos reunir como filhos seus, irmãos do Primogênito.

Jesus experimentou esta dúplici aspiração como ser humano: permanecer no Pai; reunir a todos nós como uma galinha reúne sob suas asas seus pintainhos. Em toda a sua vida terrestre visou esse alvo que se foi cumprindo e consumou-se na morte e ressurreição. Desejo vivido dia a dia.

Deseja quem ainda não alcançou a meta. O desejo manifesta a experiência humana do limite. Vivemos em contínua busca, achamos e perdemos, e vamos para outro encontro mais pleno. Buscamos significados, fracassamos, chegamos a entender um certo conteúdo, em seguida, porém, fragmentamos o que

entendemos, para buscar uma verdade maior. Também Jesus passou por essa experiência, teve surpresas no trato com os discípulos, enganou-se, mudou de atitude, sem alterar sua meta. No decurso de sua vida foi acompanhando o caminho que a nossa natureza simbólica nos permite, isto é, aproximar-nos de Deus e de nós mesmos a cada coisa que vemos, a cada experiência que fazemos. Mas jamais chegamos a algo preciso e essa indefinição com que todos nos debatemos acaba nos confundindo. Não por outros motivos, afinal, tantas idéias, de boas a duvidosas, aparecem neste mundo. Quantas não têm senão o valor da busca, o único a permanecer quando se verifica a precariedade delas para o encontro do significado último. O significado humano, só o encontramos quando Deus se manifesta a si mesmo<sup>1</sup>. Deus manifestou-se em Jesus partilhando conosco o seu desejo de comunhão.

Nosso desejo é carregado de uma história que nos ultrapassa. História que

1. Cf. Mario FARRUGIA, verbete "Guardini.Romano", *DTF*, Aparecida, São Paulo, Vozes, Santuário, 1994.

vem do passado, que é vivida no presente, que se projeta para o futuro, com as “correções”, os acréscimos, a novidade de uma verdade que se alarga. Ouve-se dizer freqüentemente que “o desejo é cego” Mas se pode ver que em todos os campos da realidade humana essa cegueira toma lugar: artistas, cientistas, pais, mães, santos, como também malfeitores de todo tipo, buscam superar-se para atingir mais plenamente o objeto de seu desejo. A todos se aplica, afinal, desde que tenham bastante energia pessoal, capacidade de ação e determinação, a loucura de amor. Homem em tudo igual a nós no que temos de bom, foi como ser humano que Jesus viveu seu desejo tão grande de “*comer esta páscoa convosco antes de padecer*”.

A expressão “*desejei ardentemente*” acena para algo de muito profundo, que engaja todo o ser pessoal de Jesus com todas as suas dimensões, inclusive sua sensibilidade e afetividade, naquela instância que as palavras têm dificuldade de alcançar. Jesus recorre, então, ao gesto simbólico, que “dá a pensar” (Ricoeur), que abre para realidades no interior do mistério, seja ele humano ou divino. No caso, gesto sacramental, mistério humano e divino.

Apenas Lucas registra essas palavras de Jesus. Os mais recentes estudos bíblicos, porém, vêem no texto de Lc 22,15-18, não uma criação do evangelista, mas uma narrativa anterior à redação do evangelho. Os três versículos fazem ver a última ceia de Jesus com seus discípulos como uma refeição em clima pascal na qual Jesus quis imprimir um caráter de despedida, com acentos de últimas vontades. “*Desejei ardentemente comer esta páscoa convosco antes de sofrer; pois*

*eu vos digo que já não mais a comerei até que ela se cumpra no Reino de Deus*”.

A opinião dos estudiosos de que Lc 22,15-18 seja texto mais antigo e portanto mais próximo do que foi dito por Jesus ou sentido pelos discípulos, testemunhas oculares da ceia, reforça o nosso próprio sentimento de admiração comovida diante da confissão de Jesus. Impressiona que confesse um desejo continuado e decisivo em sua existência, e o manifeste em tal momento, como síntese de sua vida.<sup>3</sup>

A declaração de Jesus, diz o teólogo francês Bernard Sesboué, “inscreve o momento presente no desejo primeiro e último de Jesus, um desejo que ele realiza na forma de uma refeição que faz a unidade da Páscoa antiga, da aliança nova e do banquete escatológico. Nessa refeição recapitulam-se todos os dons de Deus, que conduzem a uma convivialidade definitiva com ele: a partilha da refeição é a partilha da vida”<sup>4</sup>

Se consideramos o que tem em mente Jesus com esse desejo de comer a páscoa antes de padecer, temos seu mistério todo, da Encarnação à Ressurreição. E prometendo o Espírito Paráclito, vê sua vida prolongar-se no tempo da Igreja na qual sacramentalmente a Eucaristia a presencializa, até que ele volte novamente.

Entre os numerosos aspectos teológicos passíveis de serem enfocados a partir da ceia de Jesus, escolho o da comunhão. Movem-me as palavras “*desejei comer convosco*”. A reflexão visa estimular-nos a fazer nosso o desejo de Jesus. Ao nos fazer religiosas e religiosos, certamente tivemos em mente algo muito próximo à Comunhão a que a Eucaristia nos convida e possibilita realizar. Os que comemos

2. As citações e referências bíblicas são tiradas da *Bíblia de Jerusalém*, S.Paulo, Paulinas, 1976.

3. Cf. A. MARCHADOUR, AA.VV. *A Eucaristia na Bíblia*, S.Paulo, Paulinas, 1985, p.56.

4. Cf. B. SESBOUÉ, *Jésus Christ, l'unique médiateur*, vol. II Les récit du salut, Paris-Tournai. Desclée, 1991.

o Corpo do Senhor entramos com Ele numa comunidade salvífica que anuncia a nova Aliança em seu Sangue derramado por toda a humanidade.

O mistério de comunhão que é Jesus, como Verbo na Trindade, como Verbo encarnado, além de nos ultrapassar, é difícil de exprimir, ainda que nos atenhamos a um ou outro dos seus aspectos. Qualquer um deles mergulha e se perde no mistério tão simples da comunhão trinitária, e por isso mesmo que é simples, impossível de atingir. Mas algo se pode dizer, pois que Jesus vivendo-o também à nossa maneira, nos des-vela algo do que é e do que pretende para nós.

Aproximemo-nos, pois da comunhão através das palavras de Jesus: “*eu estou no Pai, e o Pai em mim*”; “*permaneci em mim como eu em vós*”; “*o Espírito da Verdade vos conduzirá à verdade plena*” (Jo 14,11; 15,4<sup>a</sup>; 16,13<sup>a</sup>). Lucas diz como os primeiros cristãos entenderam essa comunhão: “*mostravam-se assíduos ao ensinamento dos apóstolos, à comunhão (de bens) fraterna, à fracção do pão e às orações... e cada dia o Senhor*

*acrescentava ao número deles os que se-riam salvos*”. A relação de amor com Deus e com os irmãos cria a comunhão e se intensifica a partir dela.

O estatuto da Vida Religiosa nos apareceu, sem dúvida, como escolha que nos permitiria uma aproximação do mistério de Deus e de serviço aos irmãos, com o mesmo fundamento e valor que o batismo permite a todos os cristãos. Mas, algum fator — que, talvez, nem saibamos identificar — em nosso caso pessoal estimulou nosso “*pondus amoris*” no sentido de uma entrega do tipo peculiar que chamamos vida consagrada. Estatuto que, de si, não nos faz mais íntimos de Deus. Diz Jesus que seu mais íntimo é aquele “que faz a vontade de meu Pai” (Mt 12,50).

Procuro caminho para a comunhão com Deus e com os irmãos como a desejou Jesus para nós, dirigindo meu olhar para três momentos salvíficos: 1. Iahwe prepara um povo para a comunhão. 2. Jesus, “no meio do tempo” possibilita-nos de maneira especial a comunhão que vem de Deus. 3. Na Igreja de nosso tempo, a realização do desejo de comunhão.

## 1. O DESEJO DE JESUS SE ANCORA NA AÇÃO DE IAHWE.

Que abrigariam as palavras “esta páscoa” na mente e no coração de Jesus? Um judeu que nascera ouvindo a palavra Páscoa, que crescera celebrando anualmente a refeição pascal?

A refeição reúne, reconcilia, compromete, tem denso valor antropológico.

A mesa em Israel era o lugar privilegiado da convivência amistosa. As famílias se reuniam diariamente para comer — os filhos em redor na mesa eram como rebentos de oliveira (Sl 128,3) e as refeições festivas eram ponto alto da vida do clã. As refeições em comum convertiam estranhos em próximos como aconteceu

com os três homens que apareceram diante da tenda de Abraão (Gn 18); aliados, amigos de alguém eram os que “comem do teu pão” (Ab, v.7); à mesa se reconciliavam inimigos e se consumavam pactos sociais e comerciais, como no episódio em que Abimelec, Ocozat e Ficol, inimigos de Isaac, o procuraram para firmar um pacto, e “Isaac preparou-lhes um banquete e comeram e beberam” (Gn 26,30). As boas maneiras e a sobriedade contrastavam com os costumes de outros povos e foram sempre valorizadas.

O ato de comer, determinando a subsistência e feito em comunidade, quali-

a  
r  
c  
n  
é  
b  
t  
e  
v  
n  
c  
c

fificando as relações humanas, transcen-  
de o campo biológico bem como o me-  
ramente social, porque se liga à própria  
vida e toma, então, um significado reli-  
gioso. Podemos dizer que somente pos-  
suímos realmente aquilo que comemos.  
Ver, tocar, não dão o mesmo grau de  
posse — como não deu a Adão e a Eva o  
conhecimento do bem e do mal, o fato  
de contemplarem o fruto da árvore. Foi  
preciso comê-lo (Gn 3,1-7). A Bíblia des-  
de o Antigo Testamento reconheceu um  
significado religioso em refeições. Aliás,  
a relação entre o pão e a palavra é tão  
estreita no Antigo Testamento porque,  
obrigado pela natureza a receber o pão  
que Deus lhe dá, o homem toma a cons-  
ciência de sua dependência e se torna  
disposto a aceitar a Palavra”.<sup>5</sup>

No Israel do Antigo Testamento, as  
práticas religiosas sacrificais eram varia-  
das: holocaustos — atos de homenagem  
mediante um dom destruído inteiramen-  
te para significar a entrega e submissão;  
sacrifícios expiatórios — satisfação por  
consciência de faltas cometidas; e os sa-  
crifícios de comunhão.

A antigüidade bíblica privilegiava  
não os sacrifícios expiatórios e os holo-  
caustos, vistos com efeito de resgate,  
mas os sacrifícios de comunhão, que  
posteriormente se tornaram menos pra-  
ticados e prestigiados por causa dos  
abusos dos banquetes sagrados de  
Canaã, que os profetas denunciavam.  
Mas os livros das Crônicas revalorizaram  
as refeições sagradas (2Cr 29,31; 30,22;  
33,16 ). Em Oseas encontram-se textos  
que criticam os banquetes sagrados dos  
cananeus (Os 8,13) e textos que ressal-  
tam as refeições sagradas, como este: “...  
acolhei-nos favoravelmente. Queremos  
oferecer em sacrifício a homenagem de  
nossos lábios (Os 14,2).

Dentre os tipos de sacrifícios de com-  
munhão, o *todah* é sacrifício de louvor,  
oferecido em clima alegre, com a finali-  
dade de se criarem ou manterem boas  
relações entre Deus e seus fiéis. Após ofe-  
recer a Iahwe uma parte da vítima sobre  
o altar, quem oferece come as sobras  
numa refeição religiosa que o coloca “em  
comunhão com o altar”, isto é, com Deus,  
como diz Paulo em 1Cor 10,18-20.

Lê-se, por exemplo, em Lv 7,11-15: “Eis  
a lei do sacrifício pacífico que se oferece  
ao Senhor: Se a oferta for em ação de gra-  
ças, oferecer-se-ão, com a vítima de ação  
de graças, bolos sem fermento, amassa-  
dos com óleo, e farinha frita... a carne da  
vítima de ação de graças oferecida em sa-  
crifício pacífico será comida no dia da  
oblação...” O alimento comido nas refei-  
ções religiosas coloca em comunhão com  
aquele a quem são oferecidos.

Além do cabedal sobre os sacrifícios,  
os conhecimentos e estruturas mentais  
e psíquicas de Jesus carregavam a noção  
da páscoa como “memorial” da Aliança.

Na Aliança do Sinai o povo israelita  
encontrava os fundamentos da sua religi-  
osidade. A ela devia a sua formação como  
povo e o tom da sua relação com Deus.  
Tratava-se de uma aliança *sui generis*, di-  
ferente dos pactos políticos da época, em  
que os dois lados que os firmavam tinham  
deveres em mesmo nível, como parceiros.  
Na Aliança com Israel, Deus, ao mesmo  
tempo que se compromete, ordena suas  
vontades, gravadas em pedra.

Jeremias registra uma evolução. Não  
mais prescrições em tábuas de pedra  
mas, “aliança nova” “inscrita no cora-  
ção”, anunciada pelo profeta: “...*selarei  
com a casa de Israel (e com a casa de Judá)  
uma aliança nova. Não como a aliança  
que selei com seus pais, no dia em que os  
tomei pela mão para fazê-los sair do Egi-*

5. L. MONLOUBOU, AA.VV., *A Eucaristia na Bíblia*, S.Paulo, Paulinas, 1985.

to... *Eu porei minha lei no seu seio e a escreverei em seu coração. Então se serei seu Deus e eles serão meu povo*" (Jr 31, 31b-32.33bc). Um exemplo da estreita relação que Iahwe desejava manter com Israel.

A Aliança fundadora sustentava a fé de Israel e era celebrada liturgicamente cada ano na festa da Páscoa. O verbo importante da celebração — como ao longo da Escritura — era o "lembrar". Deus lembra de seu povo e o salva. Quando "esquece", Israel vai mal, é infiel (cf. Os 2,15; Sl 10,11;13,2). O povo lembra-se das palavras e gestos de Deus para protegê-lo e salvá-lo. Precisa repeti-los para não se desviar da Palavra.

A lembrança do passado traz ao presente um colorido, explica-o, impulsiona para o futuro. Israel não se detinha nesse futuro, mas Jesus, enquanto celebrou o memorial da Antiga Aliança, certamente pensava no alcance figurativo e profético dessa celebração. Viera ao mundo cumprir o que ela prefigurava.

A celebração da Páscoa judaica não consistia, porém, em lembrar o evento passado do Êxodo. As festas litúrgicas não pretendiam lembrar os acontecimentos tais como se deram. Israel tinha uma religião histórica, mas não era historicista. Importava realmente, na lembrança do acontecimento, o seu significado que não se fecha no momento em que se passou, mas se abre para dar a compreender e orientar as ações e acontecimentos do presente. E isso, no sentido da Palavra de Iahwe. Daí a Escritura apresentar diversas releituras, de um mesmo fato.

À medida que se celebra um fato de consistência, se aprofunda o seu signifi-

cado, que toma, na adesão de fé, acentos novos: a história caminha, os seres humanos se redescobrem nas suas existências pessoais e grupais, os momentos do presente se iluminam com novas luzes projetadas no passado interagindo com as compreensões, agora possíveis, da realidade do presente. Reciprocamente passado e presente se enriquecem de sentido: O Espírito sopra incessantemente.

Relembrar e celebrar os mesmos fatos, ler as mesmas Escrituras interpretativas desses fatos, rezar, cantar, cultivar o mesmo Deus em ações litúrgicas comunitárias une todo o povo, cria laços, faz uma cultura, sustenta a mesma fé judaica. Exemplo dessa comum-união, apesar de todas as fraquezas e deficiências, que realmente existiram na história do povo judeu vétero-testamentário, foi a instituição do Jubileu — que agora inspira o nosso deste ano 2000. Só a possibilidade de tal instituição, em moldes hoje em dia impensáveis, (como nos evidencia a dificuldade do perdão das dívidas em nosso mundo contemporâneo), já mostra o teor da comunhão a que aspirava o povo religioso de Israel. O que, sem dúvida, criava um clima especial de laços humanos. É um fato que a Lei de Israel era de um nível de respeito ao próximo sem igual no mundo antigo.

Assim, o memorial da Páscoa, os sacrifícios de comunhão (os laços nacionais numa teocracia, aspecto que não comentamos aqui) além da comunidade de mesa, simbolizam pela refeição, um desejo de comunhão que o verdadeiro israelita trazia como traço nacional, fruto de sua fé religiosa.

## 2. AS REFEIÇÕES DE JESUS

Na linha de seu povo, sensível ao simbolismo da mesa, Jesus encontrou no contexto das refeições momentos privilegia-

dos para transmitir sua mensagem, afirmar suas idéias e posições. Todos entendiam — as reações ficaram registradas —

a  
i  
a  
n  
c  
o  
c  
o  
n  
v  
e  
r  
ê  
n  
c  
i  
a

as atitudes, até contra-culturais de Jesus, evidentemente claras em refeições.

Das bodas de Caná a Emaús, Jesus evangelizou através das mais variadas ocasiões que a mesa oferecia. O perdão e o chamado foram consolidados no almoço em casa de Zaqueu; durante o jantar da unção de Betânia marcou sua posição em relação ao lugar do amor na salvação, além de seu pensamento sem o ranço dos fariseus, em relação às mulheres pecadoras; as refeições com os amigos Marta, Maria e Lázaro exprimiam bem o descanso que a amizade pode proporcionar. E a posição do discípulo amado na última ceia reclinando a cabeça do peito de Jesus para lhe falar, mostra que a simplicidade, a confiança e o afeto têm lugar no relacionamento recíproco de Jesus e os seus.

Além dos episódios vividos, as parábolas falaram várias vezes o inesperado. Nelas ficava bem claro o critério do amor e não o da posição social terrena na salvação de Deus. A metáfora do “banquete” nos aproxima da generosa misericórdia de Deus e da alegria do céu. O discurso de Jesus gira sempre em torno do perdão e do amor por parte de Deus, fraternidade entre os homens, uma união única entre criaturas e Criador, entre Salvador e salvos.

### A comunhão da 5ª feira santa

Nos textos da Última Ceia, a forma relacional dos versículos é muito adequada para exprimir uma salvação que é essencialmente relação e comunicação. Em textos precedentes, fica registrado o lugar que a comunhão ocupa no coração de Jesus, por mais difícil que seja o caminho para consegui-la.

Antes do relato da Ceia da 5ª feira santa, o evangelista Lucas coloca em três

versículos do seu evangelho a expressão de desejo na boca de Jesus. Em Lc 12,49 lemos: “*Eu vim trazer fogo à terra, e como desejaria que já estivesse aceso!*” E em seguida, em 12,50: “*Devo receber um batismo e como me angustio até que esteja consumado!*.” O terceiro texto é o nosso: “*Desejo ardentemente comer esta páscoa convosco, antes de sofrer, pois eu vos digo que já não a comerei até que ela se cumpra no Reino de Deus*” (22,15-16).

Das três vezes, os pólos do sentimento são os mesmos: para o amor arder na terra é preciso o anúncio da mensagem do mistério de Jesus — encarnação, paixão, morte e ressurreição do Senhor. O batismo que falta a Jesus é o batismo de sangue, a sua paixão e morte, só ansiadas porque abrem a porta para a verdade da salvação. Na terceira vez, a explicitação é plena: a densidade do desejo, e a que ele se refere, à sua paixão e morte, padecidas como penhor da nossa ressurreição.

O anseio de Jesus se “mistura com ansiedade”. Embora a expressão se carregue de “mística, e até transcendência, dentro do contexto, não perde nada de sua carga antropológico-histórica”.... “celebrar historicamente sua última ceia com os seus era uma expressão do afeto, da humanidade, e daquilo que ser um para o outro expressava naquele momento”.<sup>6</sup> Pela Encarnação, o Verbo enviado se fez um de nós, habitou entre nós e nos mereceu graça sobre graça. Jesus esperava a Ceia como quem espera um gesto que pode resumir o sentido de sua vida.

Jesus realiza na Ceia uma ação profética. Apresenta a Encarnação, paixão, morte e ressurreição com um gesto simbólico. A linguagem realiza o que anuncia. Na Eucaristia Jesus realmente perfaz o sentido das ações de sua vida e adianta o significado de sua morte. E se

6. MAZZAROLLO, A *Eucaristia como memorial da nova Aliança*, Porto Alegre, Est, 1992.

torna presente e próximo dizendo “*Isto é o meu corpo*”; “*Isto é o meu sangue*”.

A respeito do relato da instituição da Eucaristia, algumas reflexões podem ajudar a compreender a “comum-união” como o grande desejo de Jesus.

“*Isto é meu corpo*” e “*isto é meu sangue*” não são palavras a ser entendidas de maneira simplista, literal. Alimento, mas não para uma assimilação fisiológica do tipo que acontece com qualquer outro alimento, nem alimento no sentido de substância simplesmente ingerida. A manducação eucarística é sacramental, compreende uma ação simbólica de significado bem mais extenso, como podemos ver.

Em primeiro lugar, nos quatro evangelhos Jesus não pronuncia as palavras “sobre” o pão e o vinho, mas as pronuncia depois de ter partido o pão e o ter dado para ser comido ou, ao menos, depois de ter começado a distribuição. Vale o mesmo para as palavras a respeito do cálice. Marcos é muito claro: “... *deu-lhes e todos beberam, e disse-lhes: Isto é o meu sangue, o sangue da Aliança, que é derramado em favor de muitos*”. Palavras endereçadas aos *discípulos*: “Tomai e comei...bebei”. Não se dirigem diretamente ao pão e ao vinho mas dizem respeito ao que ele, Jesus, acaba de fazer, ao que está fazendo e também ao que fazem os discípulos quando, respondendo à sua ordem, pegam o pão e o cálice e os levam aos lábios. A compreensão do “*isto*” inclui portanto também os gestos dos discípulos de receber, de beber, de comer. Não é somente o pão eucarístico que é o corpo de Jesus, mas o pão partido e partilhado em memória dele.

Em segundo lugar, em Lucas (v.19) e em Paulo (1Cor 11,24) Jesus acrescenta: “*fazei isto em memória de mim*”. Os dois

*isto* representam globalmente a ação de partilha de Jesus e nela está incluída uma ação recíproca cumprida pelos discípulos, o *isto* que eles fazem. O Corpo de Cristo não está apenas no pão que se come, mas também não só no pão, separado da comunidade. Está na comunidade que dá graças, que faz memória, que parte e partilha o pão. E está, portanto, no pão. Pão tomado como troca simbólica de partilha, que se faz na comunidade.

Portanto, o “*isto meu corpo*”, “*meu sangue*” e o *isto* de “*fazei isto em memória de mim*” referem-se ao mesmo acontecer do corpo eucarístico de Cristo para a comunidade.<sup>7</sup> O “*isto*” é o pão abençoado pela liturgia, partido em vista de ser distribuído aos presentes a essa ação, dado como um laço entre Jesus e os seus, pão eucaristiado, carregado do simbolismo pela ação litúrgica.

Ora, se há simbolismo há um reconhecimento social, interrelação e relações sociais. A liturgia, por si mesma, não pode fazer simbolismo (recairia no sinal, não no símbolo, que requer relação de pessoas para não ser simples sinal que se diz das coisas). O “*isto*” não é um alimento físico, em si e por si só, mas o *isto* é o pão enquanto tomado no gesto simbólico da partilha, num discurso de adeus, num testamento.<sup>8</sup>

Portanto, Jesus envolve os seus comensais na sua ação. E disso se poderia dizer, não que seja incrível, pois que temos fé, mas que é impressionante. A que ponto desejou a comunhão conosco. Não se fazendo alimento físico, que se assimila, simplesmente, como já foi dito, mas um alimento *pessoal*: verdadeiro e simbólico de uma partilha da sua vida divina, não imposta, mas respeitosa da nossa acolhida, não passiva, mas ativa, eficaz!

7. Cf. X.-L.DUFOUR, *Le partage du pain eucharistique*, Paris, Seuil 1982 pp. 139-156.

8. Cf. *Ib.*

**Em terceiro lugar**, a respeito do *"isto é o meu corpo"* e *"este é o cálice da aliança em meu sangue"*, pode-se ver que as duas afirmações têm um sentido discrônico, referem-se a momentos diferentes. As palavras que se referem ao pão referem-se ao que se faz no momento; as que se referem ao cálice, enviam a um futuro próximo, quando o sangue de Jesus será derramado na Cruz.

O corpo, na antropologia semita, significa a pessoa concreta, enquanto existente no mundo, não isolado em si, mas como um ser aí, em relação aos outros. Ora, visto que o corpo é corpo, por pertencer ao mundo, Jesus só pode dar seu corpo aos discípulos dando-o na comunidade, quer dizer num grupo, onde acontecem os relacionamentos interpessoais.

Em Lc e em 1Cor o pão é dado *"por vós"*. Mt e Mc não dizem *"por vós"*, mas *"tomai"* e o que é dito — e tomado nas mãos — é o corpo dado em favor daqueles aos quais é ordenado que o tomem. Logo, a palavra relativa ao pão se pronuncia sob o modo do *"por vós"* nos quatro relatos. O dom do corpo se circunscreve ao corpo na comunidade. O corpo é dado àqueles que são os interlocutores de Jesus. A eles com os quais Jesus se reúne, dizendo *"vós"*. As palavras que se referem ao pão se referem ao presente da Comunidade, à presença atual do Corpo de Cristo no meio dos seus e fazendo, portanto, um só corpo com os seus.

O *"vós"* é um *tu* diluído e amplificado — como o *nós* é um *eu* diluído e amplificado ( Béveniste) — A unidade do *vós* é feita pelo *eu* que o interpela, isto é, pelo eu que interpela a várias pessoas, como se fossem um único interlocutor: *vós* e *tu*, mais aqueles que estão contigo, como *nós* sou *eu* mais os que estão comigo. A cada membro desse grupo, Jesus reconhece um eco do seu *eu*, e o diz. Em Lc, a cada um Jesus confia um

*eu* e é assim que faz de vários *tu*, um *vós*. Hoje, ele é dito agora a uns e outros da assembléia eucarística.

A palavra suscita o corpo de Jesus formalmente, a palavra *"isto é meu corpo"* suscita o corpo de Jesus, como corpo da comunidade, presença do eu aos outros. A palavra *"isto é meu corpo para vós"* realiza a doação de uma presença a um grupo que se torna, — pelo fato dessa doação — um mesmo corpo com essa presença. O corpo no qual a presença toma corpo (Moingt). Disso falavam os Padres, com o termo *concorporação*.

Uma presença que, em relação a nós, foi dada no passado, mas dada uma vez por todas, pois que uma presença dada para sempre é uma presença para sempre ativa.

Quando se parte e partilha o pão em sua memória, reconhece-se que Jesus é a unidade da comunidade, e essa partilha e reconhecimento faz acontecer, pela comunidade dos que crêem, o Corpo de Cristo. Maior comunhão entre Cristo e a sua comunidade é impossível. A ela Jesus tinha em vista, quando quis viver sua vida, desde a Encarnação: *"Eis-me"*.

No entanto, justamente porque a presença eucarística se faz pelo gesto simbólico da palavra, do comer e do beber, tão próximos e familiares a nós, e pois que estamos antenados na palavra *comunhão*, será bom termos consciência do que quer dizer a presença de Jesus.

Jesus pediu que se faça memória dele. Ora, a memória em primeiro lugar, impõe um sentimento de ausência. O memorial bíblico se volta para o passado — a escravidão do Egito, o Mar Vermelho, o deserto. O memorial eucarístico nos volta para a Ceia. Pois que se trata de um memorial, fala-nos de uma presença que não está mais aí. De fato, o relato está construído na terceira pessoa, a pessoa de um ausente, de quem fala o relato.

Só podemos ter acesso à verdade eucarística confessando a ausência de Jesus. (Moingt). Cremos na presença eucarística. Pois um traço desse modo de presença é a ausência. Ausência na presença, ausência boa: *"É de vosso interesse que eu parta, pois, se eu não for, o Paráclito não virá a vós"* (Jo 16,10). Jesus não aparenta partir, não faz de conta que parte, para voltar em seguida. Nem diz que estará presente invisivelmente, porque, nesse caso, não teria verdadeiramente partido. Vai mesmo embora, para deixar o lugar a um outro, o Paráclito, a quem lega a incumbência de levar a Assembléia a seu termo escatológico, completando na história a missão. E indo, deixa aos discípulos, a nós, a responsabilidade de existirmos por nós mesmos, como testemunhas da Cruz, do Evangelho, do Reino.

Jesus não inventou a Eucaristia como um meio de modificar, atenuar a sua morte, permanecendo conosco numa presença contínua que, ainda que invisível, seria uma presença envolvente de quem está a nosso lado para nos proteger. Seria essa uma atitude de um espírito que deseja continuar no corpo. Não. Jesus se vai. Não quer os discípulos sob sua tutela. Prometeu que enviaria o Espírito, não vai tomar de novo o lugar que deixou vazio. Isso quer dizer que a palavra dita ao pegar o pão: *"isto é o meu corpo entregue por vós"* diz mais ou outra coisa que a palavra compreendida literalmente. Diz a intenção de dar o corpo em lugar do pão. Mas o gesto mostra que o pão não ocupa o lugar do corpo, o corpo não está ali física ou fisiologicamente, é a pessoa de Jesus quem está, sacramentalmente. A discrepância entre o gesto e a palavra mostra a função metafórica do relato — não esgota o mistério. A metáfora dá uma verdade diferente da primeira verdade literal.

O discurso de Jesus é um discurso de adeus, Jesus faz o seu testamento. Não que seja fácil, mas é preciso considerar que Jesus fala de um ausente, marca o lugar de um ausente, é o sinal de uma ausência. Aceitamos esse ausente e essa ausência, na fé. Quer dizer, o relato diz que *este Jesus não é feito das realidades aqui presentes*; diz que aceitar a comunhão que Jesus desejou é aceitá-la, como é no tempo da Igreja, comunhão pelo Espírito Santo, na qual Jesus está de outra forma, não a mesma do Jesus de Nazaré entre os discípulos na Ceia da 5ª feira santa. Ele voltará, sim, quando vier o Reino. E, marcando o encontro nos liga à sua presença junto ao Pai.

A leitura da narração durante nossas eucaristias, atualizam esse laço, Jesus estabelece uma continuidade entre nossas refeições eucarísticas e o banquete do Reino ( Mc 14,25; Lc 22,16). A nossa refeição, tem um futuro em Deus, um dia Jesus virá. Quando tomamos lugar, em nossas eucaristias o Senhor, presente junto ao Pai, nos chama à sua mesa e preside nossa refeição. Jesus não precisa se deslocar para vir até nós. Mesmo porque, o Reino já está entre nós, não é deste mundo, mas também não existe noutra lugar, não é imanente ao tempo, mas também não é exterior à história. Assim, quando vamos à sua mesa, Jesus já nos espera, porque ele já estava lá. (Jo 21,12 ) Está aí, no meio daqueles que seu Espírito reúne em seu nome. Sua presença é de quem precede e recebe. Compete-nos resgatar a sua presença, mas sem querer, ou pensar que suprimimos a sua ausência, porque não se trata de uma presença estratificada num lugar. Jesus vem, passa, vai ao Pai. Presença que é acontecimento, não tem a espessura de um momento presente no tempo, Jesus está fora dele. A presença de Jesus nos pega mas não se deixa pegar.

É presença para nos unir a Ele e a nós todos entre nós, não para que a possuamos. Não é presença como a de um alimento comum, não a possuímos, mas é para nos deixarmos possuir por ela. O Senhor nos recebe à sua mesa, e de nossa parte, o primeiro gesto eucarístico que nos cabe e o único que podemos fazer é estender a nossa mão, pôr-nos em presença dele. Haverá um ato de reconhecimento mútuo. E a presença, então, sim, será alimento para nós, comunhão. É preciso contemplar esta presença que nos penetra para transformar-nos. Só temos uma imagem correta de Deus quando nos convencemos disso e, por graça, claro, até se torna um

prazer a comunhão com um Deus tão grande. É preciso usufruir do paradoxo, acessibilidade ao inacessível, inacessibilidade ao acessível.

Na refeição da 5ª feira santa, portanto, podemos resumir, com as palavras da entrega de si mesmo anunciando o sacrifício da Cruz, mas também a Ressurreição; ordenando que se repita o gesto em sua memória, Jesus deixa claro que seu desejo de “comer esta páscoa convosco” consiste em envolver seus discípulos — aqueles que repetem o gesto — na sua própria entrega. É pelos discípulos que se entrega, mas fazendo com eles um só corpo, diz que se entreguem igualmente.

### 3. A COMUNHÃO ECLESIAL

A palavra referente ao pão, como vimos, fala à comunidade que faz o gesto eucarístico; e fala também *da* comunidade, que ela deve sentir-se convocada à comunhão com Cristo, pelo Espírito, agente no tempo da Igreja, das vontades do Senhor Jesus.

Essa comunhão se alarga a todas as comunidades que eucaristiam o pão e o vinho, e que só merecem o nome de comensais do Senhor se, de fato, vivem entre si da mesma união que o Espírito lhes proporciona, no Senhor Jesus. Quer dizer, a comunhão se estende à assembleia eclesial. O princípio é o mesmo: que todos sejam um “vós”.

O sentido do sacramento — memorial da encarnação, paixão, morte e ressurreição de Jesus, prolonga-se na direção da Igreja. Diz 1 Cor 10,16: “O cálice que abençoamos não é comunhão com o sangue de Cristo? O pão que partimos, não é comunhão com o corpo de Cristo? Já que há um só pão, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois que participamos desse único pão”. Isto é, a partilha do pão eucarístico

faz de todos que dele comem um só corpo. Mas um corpo que é o corpo de Cristo, participação de fé. Igualmente encontra-se esse alargamento no capítulo 11,26-29: “Pois todas as vezes...pois aquele que come e bebe o seu sangue sem discernir o Corpo, come e bebe a sua própria condenação”. Condenação por que? Porque não discerne o Corpo. Que Corpo? (Várias versões do texto acrescentam “do Senhor” embora os códices mais importantes não tragam a palavra). Ora, considerando a inclusão dos vv. 19-20: “É preciso que haja até mesmo cisões entre vós, a fim de que se tornem manifestos entre vós aqueles que são comprovados. Pois, quando vos reunis o que fazeis não é comer a Ceia do Senhor” e os vv 31-34 no final da perícopes: “Se nos examinássemos a nós mesmos não seríamos julgados... o Senhor nos corrige para que não sejamos condenados.. portanto, quando vos reunirdes para a Ceia, esperai uns aos outros...”, vemos que Paulo censura nos coríntios o fato de não esperarem uns pelos outros, porque o que deturpa o senti-

do Ceia e leva à condenação é não fazer um só corpo.

Não discernir o Corpo é não considerar a Assembléia dos cristãos e não tratá-la como Corpo de Cristo. E pois que não formam um só corpo, os coríntios também não recebem o Corpo eucarístico, já que sua atitude não é a de comer o Corpo do Senhor. Portanto, a Eucaristia só se realiza na “troca simbólica” que faz de muitos um único Corpo e que faz de cada um e de todos, membros uns dos outros. A comum-união faz a Eucaristia, “*a fim de que não haja divisão no Corpo, mas os membros tenham igual solicitude uns com os outros*”

Em nosso mundo de enormes recursos materiais para uns e tão poucos para outros a ponto de a pobreza lhes resultar em exclusão da sociedade, também nós, cristãos entramos nesse movimento econômico-financeiro divisor. E muitas e muitas vezes, tratamos com insuficiente atuação pessoal, social, política a situação de nossos irmãos excluídos. Na maioria das eucaristias realizadas em nossas igrejas (conheço melhor as cidades grandes) o número dos pobres é mínima. E quando os pobres não são cristãos, não o são porque sua condição social lhes dificultou a entrada para a comunidade pelo batismo. Comunhão rompida. Impede-me de dormir?

A assembléia dos cristãos continua sujeita às dificuldades da desunião e do pecado, mas ela é *comunhão*: “A eucaristia inseparavelmente, faz e significa a Igreja como corpo de Cristo. Mas, visto que esse corpo é, na humanidade pessoal do Senhor, reconciliação e reunião, a eucaristia faz e significa a Igreja como *comunhão*”<sup>9</sup>.

O sinal da eucaristia, pois, é constitutivo da assembléia eclesial, mas não au-

Prodiz efeito mas em registro ético: de conversão de mim ao outro, de todos a todos, numa incorporação à comunidade eclesial. A presença de Cristo a nós e a nossa a ele escapa ao nosso poder. A presença é uma realidade de dinamismo relacional e, no caso da assembléia dos cristãos, trata-se de um dinamismo ao qual o sacramento dá a impulsão capaz de edificar uma nova ordem social. Por isso, tem dimensão inclusive política.

### A comunhão eclesial para a Missão

Outra consideração parece oportuna. Dissemos acima que as duas palavras, a referente ao pão, e a que se refere ao vinho são palavras discrônicas, dizendo respeito a momentos diferentes. Vimos que a palavra referente ao pão visa a comunidade, de uma assembléia particular, ou da grande assembléia eucarística de toda a Igreja.

A palavra referente ao vinho, no entanto, diz respeito a um outro momento. Não mais o de uma comunidade “interna” circunscrita pelo gesto de eucaristiar o pão e o vinho — a comunidade que é o “vós” a que Jesus se referiu — mas estende-se a toda a humanidade.

Em “oposição ao *vós*” está a multidão de todos os que não estão relacionados em interlocução com Jesus. Uma massa dispersa, não apenas muita gente. O sangue é para para esses. Cabe a “vós” que comeis o pão eucaristiado anunciar que a refeição é para todos, pois que por todos, sem exceção, o sangue foi derramado.

Aí está o convite à missão. Relembrando a palavra de Jesus “*sangue derramado por muitos*” ou por “*uma multidão*” ou mesmo tomando consciência da universalização que corresponde o

9. J.-M.R. TILLARD, L'Eucharistie sacrement de l'Eglise communion, *IPTh*. vol. III, Paris, Cerf, 1983, p.

texto sem determinação da 1Cor 11,25 e narrando essa palavra liturgicamente, no gesto eucarístico, a comunidade sente a exigência da missão — ou deveria senti-la. Nesse momento, a Comunidade já faz um anúncio simbólico celebrando a Aliança de Jesus com a multidão. Aliança que está longe de se consumir, porém, à espera que continuando as atitudes dos cristãos dos primeiros séculos, a comunidade seja alargada pela participação no Corpo de Cristo.

Também no sentido de presença há diversidade. A palavra *“isto é meu sangue da Aliança”* ou *“este cálice da nova Aliança do meu sangue”* tem força diferente da precedente *“isto é meu corpo para vós”*. Vai além da virtude de fazer acontecer uma presença no presente. Ela anuncia e ela efetua uma Aliança, mas uma Aliança indeterminada, isto é, que não termina numa pessoa particular, num momento determinado. *“Isto é meu corpo para vós”* diz um ato de presença do Senhor circunscrita à comunidade, que nasce na comunidade. Mas, *“Isto é o meu cálice, para uma multidão”* diz um ato de Aliança destinada ao mundo e enraizado num acontecimento passado e ao mesmo tempo voltado para um futuro escatológico. Trata de uma Aliança entre Jesus e o mundo, através da abertura do Corpo ao mundo, a toda a humanidade.

Quando Jesus fala em *“Nova Aliança no meu sangue”*, o seu olhar se alarga para todos os tempos e toda a humanidade. Enquanto a partilha do pão é a refeição dos que já entraram na Nova Aliança, a partilha do cálice que na boca de Jesus antecipara o sacrifício da Cruz,

agora rememora o ato de sacrifício redentor. Ato de absoluta liberdade e amor para chamar a toda a humanidade, nós todos, a acolher a paternidade de Deus no Reino.

Simbólica e efetivamente, a comunidade anuncia a Aliança quando os cristãos que a formam assentam-se à mesa com “judeus e gregos” — com aqueles que não vivem da mensagem de Jesus Cristo, não o conhecem, não crêem nele, pecadores, malfeitores, incrédulos. Quando nós, cristãos, nos assentamos à mesa com nossas diferenças, confessando que *“fomos todos desalterados por um só Espírito”* ( 1Cor 12,13). E todos podemos viver e promover a comunhão que Jesus desejou, ensinou e viveu: existir para o outro, dar-se em favor do outro, dar-se para o bem do outro. É dar e receber como Jesus se deu — querendo ser aceito: *“Só o amor é digno de fé”*.

O mandamento de Jesus *“tomai e comei”* indica sua intenção de entregar seu corpo dando o pão. O uso do pronome *vós* ao dar-se a comer, indica a intenção de ser o seu mesmo corpo o realizador da comunidade que no momento faz o gesto. O fato de seu corpo ser único e de ser Jesus o seu Corpo Místico, leva a compreender que entre ele e o grupo que constitui aquela assembléia eucarística que faz o gesto no momento se estende para a assembléia eclesial. Da Igreja se pode dizer que é a grande assembléia do mundo, sinal e símbolo da comunhão que Jesus deseja e também para aqueles que não o conhecem. Por todos derramou o seu sangue, bebido em memória de sua entrega.

 Maria da Conceição Corrêa-Pinto: Teóloga.  
Professora de Teologia na PUC-Rio

*Endereço da autora:*  
Rua Francisco Sá, 88/910  
22080-010 — Rio de Janeiro — RJ

# Análise de Conjuntura

## Setembro de 2.000

PE. VIRGÍLIO UCHÔA E EQUIPE DO INESC

### SUMÁRIO

A alta do preço do petróleo<sup>1</sup> começa a desconcertar os planos dos idealizadores do crescimento ilimitado e perpetuado pela volatilidade do capital financeiro globalizado. A febre de consumo mundial pode se abalar. Os países produtores querem também participar do festim dos eleitos e privilegiados pela forte concentração da riqueza.

A reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Praga, preocupa-se em analisar as causas das crises financeiras que afetaram nestes últimos anos os países em desenvolvimento, começando pelo México, passando pelos emergentes do extremo oriente e chegando à América Latina. Trata-se da tentativa de verificar onde foi que erraram no diagnóstico e nas receitas aplicadas. Disciplinar tais crises e combater a pobreza — aliás, crescente — está cada vez mais nas agendas das grandes agências monetárias e controladoras dos investimentos mundiais. Belos discursos, contudo, não são suficientes para mudar

políticas contraditórias que permanecem no bojo de tais organismos.

A reação popular está atenta e promete repetir os protestos de Seattle e Washington. Os passos da globalização financeira são seguidos por aqueles que procuram alternativas às exigências do pensamento único e hegemônico. Prepararam o I Fórum Social Mundial, a realizar-se no início do próximo ano, em Porto Alegre. A transparência, a ética e o social precisam tornar-se a base de uma nova política no fluxo de capitais e investimentos financeiros.

A ostensiva presença dos Estados Unidos na Colômbia, a pretexto de combate ao narcotráfico, causa perplexidade e é motivo de preocupação para os países limítrofes. Pode ser o início de uma penetração maior na região amazônica, rica pelas suas águas, sua biodiversidade e reservas minerais. São elementos-chave para o futuro da humanidade. Quem estiver à frente daquele espaço certamente dará as cartas da hegemonia geopolítica.

1. RUBENS RICUPERO, "A Cada Ano sua Crise", *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág.B 2. O autor pondera que o que impressiona nesse episódio é como até agora todos, economistas e governantes, subestimaram consistentemente o potencial do petróleo para desorganizar a vida econômica e social.

É ainda uma incógnita o golpe de mestre de Fujimori. Na tentativa de encobrir a corrupção visível em seu governo, convoca eleições incertas, abre flancos para intervenções militares e coloca mais em riscos a frágil democracia latino-americana.

Ofusca-se, assim, a recente cimeira sul-americana, um forte contraponto, ainda que tardio, à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Mesmo que se busquem iniciativas positivas na área de integração tecnológica, comercial e financeira elas esbarram, de um lado com a frágil e incipiente iniciativa do Mercosul, de outro com o fato de que todos os países sul-americanos individualmente se curvam, na prática, à hegemonia dos Estados Unidos e ao capital financeiro mundial. O Brasil, apesar da insistência do Chile e da Venezuela, se omite em liderar um projeto político independente para a América do Sul.

Em plano nacional, os resultados do Plebiscito da Dívida Externa — por mais que se tenha tentado minimizar seu alcance e sua importância por sistemática campanha dos formadores de opinião e interferência governamental — revelaram importante grau de consciência e mobilização da sociedade civil. Valeu o processo e o exercício da democracia direta que ainda são capazes de devolver ao cidadão descrente, cansado de escân-

dalos e da inércia administrativa, a possibilidade de pensar um Brasil diferente.

A proximidade das eleições municipais torna-se a chave de interpretação das escaramuças entre o Governo e o Movimento dos Sem-Terra. Acordos mediados, escritos e não cumpridos, tornam-se moeda de negociação. Em boa hora surgiu uma trégua. Parece que o bom senso prevaleceu, pois as escaramuças, neste momento, recairiam negativamente sobre os espaços políticos de cada um. Pode até ser que esta trégua dure apenas \*até os resultados das eleições, pois as questões de fundo sobre reforma agrária certamente ainda permanecem. O futuro de oposição e Governo está retratado, simbolicamente, nas atuais eleições municipais. Estas mostram em plano local o que pode acontecer em plano nacional em 2002.

A democracia direta dos movimentos populares ocupou bem o espaço deixado pela representação parlamentar. O Congresso Nacional vive seu recesso branco até que o resultado das urnas municipais acabe com as ilusões e fortaleça o realismo dos eleitores. Estes, ao que parece, estão cada vez mais ligados a candidatos comprometidos com resultados que influenciem na melhoria da qualidade de sua vida: saúde, educação, segurança, emprego, moradia, lazer e muitos outros.

## MOMENTO INTERNACIONAL

A Cimeira de Brasília: uma tentativa tardia para encarar a perspectiva da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>2</sup>.

O contexto dessa reunião deve ser avaliado com especial atenção à recen-

te visita do Presidente norte-americano Clinton à Colômbia<sup>3</sup>, seu significado e conseqüências para os países limítrofes e, em especial, para toda a região amazônica e Venezuela.

2. Colaborou Bernardo Lestienne SJ, Cias-Ibrades, Brasília, DF.

3. ELIANE OLIVEIRA, "Clinton Cobra Apoio à Ação Militar", *O Globo*, 31/8/00, pág. 3.

Entre os dias 31 de agosto e 1º de setembro reuniram-se, em Brasília, os doze chefes de estado da América do Sul. Esteve presente um representante de México. Esse encontro representou certamente um passo positivo, pois ampliou a possibilidade de concretização da integração da região. Foi visível a satisfação dos chefes de estado por estarem juntos, conscientes de pertencerem a uma região comum, com desafios e futuro comuns.

A agenda de trabalho foi bastante ampla: comércio, infra-estrutura da integração, democracia, informação, conhecimento e tecnologia, drogas ilícitas e delitos conexos.

A América do Sul representa hoje um espaço econômico nada desprezível de US\$ 1.500 bilhões e uma população de 337 milhões. Poderia ter um peso muito maior tanto na economia como na política mundial. Mas, até hoje, considerando primeiro os seus interesses de curto prazo, cada país está mais voltado para a América do Norte, os Estados Unidos em particular, do que para o conjunto de sua região.

A Cimeira de Brasília representava uma esperança de questionar esse isolamento interno sul-americano e de tentar avançar em direção de uma maior coesão e integração do continente.

Com o fenômeno da globalização multiplicam-se os esforços para integrações regionais. O futuro de cada país, por maior que seja, passa por maiores laços econômicos, comerciais e culturais com os seus vizinhos. É uma condição para não ser diluído e absorvido, e para defender melhor os seus interesses na competição global.

Algumas regiões, em particular a União Européia, tentam superar a mera zona de livre comércio. Buscam alcançar também

externos para criar um mercado comum que supera a mera concorrência sem limites.

Os Estados Unidos querem ampliar ao conjunto das Américas a zona de livre comércio. A NAFTA (North American Free Trade Area) hoje congrega Estados Unidos, Canadá e México. Em 2005 seria substituída pela ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) incluindo todas as Américas. Isso significa, na prática, acabar com a totalidade das regras existentes nos acordos comerciais atuais pelos quais cada país se protege ou reforça os setores fracos da sua economia. Uma zona de livre comércio é diferente de um mercado comum, cujos membros estabelecem regras comuns onde a competição seja regulada pelo princípio da igualdade. Uma das deficiências das atuais zonas de livre comércio é que nelas prevalece a lei do mais forte.

A ALCA, conforme os atuais andamentos das negociações, ainda privilegia as relações bilaterais em detrimento das negociações comuns. Tal atitude tende a reforçar a hegemonia dos Estados Unidos e essa perspectiva não é nada animadora para a independência e integração tanto econômica quanto política e cultural das Américas.

Na América do Sul, o Mercosul representa importante tentativa de livre comércio. Mas tanto o Mercosul quanto a Comunidade Andina estão ainda muito aquém do que se esperava em matéria de intercâmbios comerciais. Prevalecem os discursos mais do que ações concretas. As duas organizações promoveram timidamente apenas uma pequena integração comercial, nada suficiente para encarar com solidez o projeto de criação da ALCA. A cimeira de Brasília foi uma tentativa, tardia, para enfrentar essa perspectiva de integração, mais ampla e equilibrada.

Brasil<sup>4</sup> tem uma posição inquestionável de líder para qualquer esforço de integração regional, tanto pelo seu tamanho quanto pelos seus recursos naturais, pelo seu desenvolvimento e potencial econômico. A cimeira de Brasília confirmou esse papel. Vários fatores, no entanto, reduziram a eficiência de tal iniciativa. Como pretender alcançar uma força política de coesão sul-americana quando o país entregou boa parte de seu patrimônio industrial às empresas estrangeiras? Gigante regional e mundial, o Brasil deixa muitas vezes a seus vizinhos o sentimento de estar mais interessado em se integrar na economia mundial, numa atitude subordinada. Tais medidas foram anteriores a essa atual tentativa para consolidar um mercado sul-americano.

Além disso, são poucas até o momento as iniciativas dos outros países da região para definir uma política regional de desenvolvimento econômico. A fascinação da hegemonia do mercado norte-americano paralisa os esforços integracionistas, que continuam vivos desde Simon Bolívar.

Foi cuidadosamente deixado de lado o apoio ao plano Colômbia de luta contra o narcotráfico, ostensivamente implantado por Clinton na sua viagem àquele país exatamente às vésperas da realização cimeira. A declaração final, assinada pelos 12 chefes de estado, nem sequer menciona o plano. Centrou-se principalmente nas infra-estruturas (estradas e ferrovias) cuja falta é um obstáculo para maiores intercâmbios entre os países.

No caso da criação da ALCA, o Brasil, que por si só representa quase 50% da economia e da população da região, pode ser tentado a estabelecer acordos isolados com os Estados Unidos, deixando isolados os seus vizinhos menores. Reunir forças para uma negociação comum, equitativa e justa para todos os sul-americanos requer mais do que a simples integração das infra-estruturas. O Brasil sabe que é preciso união e decisões políticas. É hora de reforçá-las<sup>5</sup>. Tal perspectiva está, no momento, fora de cogitações devido à resistência do Brasil, apesar de o tema de ter sido proposto pelos presidentes da Venezuela e do Chile tanto na recente quanto para as futuras reuniões.

Ficou claro, assim, que ainda falta vontade política do conjunto e, em particular, do Brasil para constituir um bloco que possa defender mais eficazmente os interesses comuns da América do Sul. O Brasil ficou no meio do caminho, pois está mais preocupado em manter boas relações econômicas e financeiras com os países ricos, em particular os Estados Unidos, do que em liderar um projeto político comum, independente e sul-americano.

A liderança do Brasil seria mais aceitável — e percebida como menos ameaçadora de futura dominação —<sup>6</sup> pelos outros países da região caso não fosse exclusiva se exercesse com outros parceiros. A União Européia solidificou-se quando Alemanha e França entraram em acordo, o que permitiu — e ainda permite — os grandes avanços; a liderança

4. Cf. ANDRÉ SOLIANI E RUI NOGUEIRA, "Brasil Reúne Líderes para Marcar Posição", *Folha de São Paulo*, 27/8/00, pág. A 8.

5. Cf. RUBENS RICUPERO, "Contra a Natureza", *Folha de São Paulo*, 27/9/00, pág. B 2. O autor enfatiza que "corrigir a história do colonialismo mercantilista exige igualmente obra de voluntarismo político, a fim de fortalecer um eixo complementar, o destinado a vincular os sul-americanos entre si".

6. Cf. a capa de muito mau gosto da revista VEJA, ano 33, nº 36, de 6/9/00, que substitui as cores da figura imperialista e ameaçadora do Tio Sam pelas do Brasil.

a  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a  
é  
n  
c  
i  
a

de apenas um dos dois países não teria sido bem aceita pelos outros membros da União. No caso da América do Sul, a liderança — e a sua eficiência — será maior se unir países de cultura hispânica e lusitana. A aliança mais natural é a que unisse o Brasil e a Argentina na busca de um projeto comum sul-americano.

Seria desejável que os dois países não sejam sempre apresentados pela mídia como rivais, mas como aliados. Parece importante manifestar um desejo bem maior de coesão e integração, e não deixar crer que o que é ruim para Argentina é bom para o Brasil (e vice-versa), mas que, ao contrário, o que é ruim para a Argentina é ruim também para o Brasil (e vice-versa). Se não houver uma forte união entre todos os países da América do Sul, a ALCA só reforçará a força dos mais fortes, dos Estados Unidos em particular.

### **A Organização das Nações Unidas vive<sup>7</sup>**

Nunca anteriormente se reuniram tantos chefes de estado e governo como no período de 6 a 8 de setembro, em Nova Iorque, na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), para a cimeira do Milênio (Millenium Summit). Quase 160 dirigentes do planeta vieram expressar o seu apoio e confiança à instituição mundial e discutir sobre o seu futuro<sup>8</sup>. Será que a ausência do presidente Fernando Henrique fez com que fosse reduzido o destaque dado ao evento pela mídia no Brasil?

Alguns podem até julgar esse encontro mundial como algo formal, sem decisões concretas além das boas intenções. A ONU seria apenas o espaço internacional mais privilegiado de onde as nações mais poderosas, e em particular

os membros permanentes do Conselho de Segurança, orientam os rumos da política mundial. A crítica é válida, em particular no contexto da chamada guerra fria. Hoje, porém, todos os conflitos entre países, internos ou externos, bem ou mal, e os maiores problemas e desafios da humanidade são abertamente discutidos no ambiente privilegiado da ONU.

É certo que muitas e profundas mudanças são necessárias para que essa instituição se adapte aos novos desafios, para que a burocracia não tome conta dela, e, sobretudo, para que represente melhor a diversidade dos países do planeta, as suas culturas e interesses.

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, ganhou a sua aposta. Propôs dar uma dimensão mais humana à entidade, fazendo que ela passe a tomar posição face aos desafios da humanidade, justificando, assim, a sua existência. A presença de tantos chefes de nações foi uma forte resposta a esse apelo. No seu relatório prévio, corajoso e lúcido, sublinhou a dignidade humana e chamou a atenção sobre dois pontos particulares: a supressão da dívida dos países mais pobres e o papel das tecnologias da informação para o desenvolvimento.

Prevaleceu um ambiente de consenso, mais intenso que de costume. Todos os chefes que se expressaram reconheceram que a globalização, tal qual se mostra hoje, apresenta graves riscos como fortalecer a exclusão e fazer crescer a pobreza. Está aliada às pestes modernas (aids, malária, etc.), ameaça a segurança coletiva.

Muitas outras intervenções repercutiram as propostas do Secretário-Geral de aliviar os países mais pobres do peso da

7. Colaborou Bernardo Lestienne, SJ, Cias-Ibrades, Brasília, DF.

8. SÉRGIO BENEVIDES, "Governantes vão Debater o Futuro da ONU", *O Globo*, 3ª edição, 3/9/00, pág. 38.

1  
0  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
0  
1

suas dívidas. Diversos países (à exceção dos regimes autoritários, da China em particular) admitiram também a necessidade das intervenções de paz do ONU, reconhecendo que o princípio de respeito à soberania nacional não pode justificar a indiferença da comunidade internacional diante de violências maciças.

Enfim a África foi apresentada como o continente mártir para o qual todos os esforços devem ser orientados em prioridade.

Todos os chefes de estado presentes assinaram uma declaração de princípios e um conjunto de resoluções ambiciosas. Proclamaram a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a tolerância, o respeito à natureza e a responsabilidade compartilhada como valores essenciais para o desenvolvimento das relações internacionais do século XXI. E se comprometeram, entre outros objetivos, a reduzir pela metade, até o ano 2015, a proporção de miseráveis com renda diária de um dólar ou menos, a garantir que, até a mesma data, todas as crianças, meninos e meninas, tenham acesso à escola primária, a reduzir em + o número de mulheres que morrem dando à luz, e a intensificar as pesquisas para o controle ou a cura da aids e malária.

Inúmeras resoluções semelhantes a essas, e muitas outras, já tinham sido aprovadas em diversas cimeiras da ONU nos anos 90. E muito pouco foi feito até agora. No entanto, até algumas organizações não-governamentais (ONGs) mais céticas, e os dirigentes que mais denunciaram a exclusão fortalecida pelo sistema mundial, reconheceram a importância dos princípios e das resoluções assinadas. Nunca tantos chefes se comprometeram publicamente. Os

avanços são progressivos e cada passo é uma vitória. Os compromissos assumidos aos poucos formam a base a partir da qual os líderes dos países mais pobres e os segmentos mais combativos da sociedade civil podem defender suas reivindicações junto aos mais poderosos.

Concluindo os debates, Kofi Annan expressou a sua surpresa diante do consenso: "Fico admirado pela extraordinária convergência de visão sobre os desafios que encaramos. Os senhores disseram que a sua primeira prioridade é a erradicação da pobreza extrema, e expressaram metas para realizá-la. (...) Se estas medidas forem realmente concretizadas, todos sabemos que o objetivo pode ser atingido".

É claro, não bastam as belas declarações e boas intenções; a participação e a maior presença, até mesmo na própria ONU, de muitas ONGs e de outros setores da sociedade que lutam contra exclusão podem ser a melhor garantia de que os objetivos serão atingidos.

### **Relatório do Banco Mundial sobre o desenvolvimento: o ataque à pobreza<sup>9</sup>**

No dia 12 de setembro, o Banco Mundial apresentou o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: o ataque à pobreza. Já publicara anteriormente relatórios sobre o mesmo tema em 1980 e 1990. É possível fazer comparações e facilmente perceber que não houve melhoria em nível global. A situação da pobreza piorou no mundo nestes últimos anos de neoliberalismo triunfante. O relatório, ansiosamente esperado, foi preparado durante dois anos, com uma ampla participação de diversos setores da sociedade global, inclusive com

9. Colaborou Bernardo Lestienne SJ, Cias-Ibrades, Brasília, DF.

dados relevantes numa pesquisa junto a 60.000 pobres, em 60 países<sup>10</sup>.

No mundo todo, atualmente, 2,8 bilhões (quase 50% da população mundial) vivem com renda menor que US\$ 2 diários, dos quais 1,2 bilhão (22% dos habitantes da terra) vivem com renda menor que US\$ 1 diário. Na América Latina, ainda existem 15% da população na pobreza absoluta, e o número de indigentes passou de 63,7 milhões em 1987 para 78,2 milhões em 1998.

Cresce a desigualdade da distribuição da renda. A renda média nos 20 países mais ricos é 37 vezes maior que a dos 20 países mais pobres. A diferença duplicou nos últimos 40 anos.

Uma novidade importante: a pobreza é entendida num sentido mais amplo. O relatório integra índices do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) que mede a pobreza não só em função da baixa renda, mas também leva em consideração os dados sobre a educação, a alimentação e a saúde. O Banco Mundial reconhece que “os modelos da economia de mercado não funcionaram tão bem como se pensava”. Questiona em parte a globalização por não reduzir a miséria e as desigualdades no planeta. Reconhece que isso só será possível se as regras do jogo e as relações entre países ricos e pobres mudarem. O crescimento econômico é indispensável, mas não basta para combater a pobreza. Em muitos casos o enriquecimento da economia beneficia sobretudo os mais ricos.

Mesmo esse tipo de questionamento ainda é muito parcial. O principal redator do primeiro rascunho, o conhecido economista indiano Ravi Kanbur renunciou da direção da publicação por ver seu trabalho, mais incisivo e contundente, barrado por injunções externas ao próprio Banco Mundial. Fala-se nos bastidores da pressão direta do secretário do Tesouro norte-americano, William Summers.

A maior novidade do relatório, pois, não vem tanto do questionamento do modelo como tal, senão das propostas para que a pobreza seja combatida eficientemente. O centro da proposta é a tomada de posição consciente por parte (empowerment) dos pobres. É uma noção chave defendida pela maioria das ONGs ligadas ao desenvolvimento. A palavra (às vezes traduzida “empoderização”) significa a distribuição do poder, a descentralização. Num sentido extremo chega a significar ‘autogestão’. É um avanço importante de parte do Banco Mundial. Mas as ONGs e outras entidades de solidariedade com os pobres dão a esse conceito um sentido amplo, onde se articulam as diversas dimensões da palavra.

Em nenhum país a concretização ou a colocação em prática do conceito é tão simples assim, como o deixaria entender às vezes o relatório. A prática revela que não existe autêntica tomada de posição (empoderização) dos pobres se antes não houver uma decisão política e a vontade de transferir elementos de poder e de decisão aos pobres. Nesta

10. No Brasil essa pesquisa foi feita em dez comunidades localizadas em três cidades: Recife, Santo André e Itabuna. Os resultados são interessantes e nos parecem mais ricos que os da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para a erradicação da pobreza. São disponíveis no Relatório Nacional — Brasil — Vozes dos Pobres, Banco Mundial, maio 2000. No caso brasileiro, algumas cidades como São Paulo e (parece que aqui está faltando algo...) exclusão social crescente coincide com o período de maior aumento da concentração da riqueza no país e com a adoção das propostas neoliberais na área das decisões sobre política econômica. Cf. dados e informações em JOSÉ ROBERTO DE TOLEDO E KENNEDY ALENCAR, “Exclusão Social Aumenta na Década de 90”, *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág. C 1; “Cidade Globalizada não Passa de um Terço”, idem pág. C 2; “Jovens são as Principais Vítimas da Exclusão”, idem pág. C 4.

transferência nada se resolve burocraticamente. Ora, sabe-se como qualquer transferência de poder é difícil, muito mais ainda a transferência de riqueza. Nesse sentido há uma contradição no discurso do presidente do Banco Mundial que recentemente afirmou que “o problema da pobreza no Brasil, Argentina e outros países latino-americanos de renda média tem menos a ver com o crescimento da economia do que com a divisão da riqueza. Segundo ele, a distribuição entre os ricos e pobres está indo na direção errada” (...) “Aos governos dos países em desenvolvimento caberia, disse, dar à população pobre a chance de se pronunciar a respeito dos seus problemas”<sup>11</sup>.

Como fazer participar os pobres quando as organizações populares (sindicais, de bairros, culturais, etc.) são enfraquecidas, quando não combatidas e eliminadas?

No Brasil a recente ação governamental contra o plebiscito da dívida externa ilustra a dificuldade em compreender, na prática, ações que valorizem os pobres e sua participação na luta contra a pobreza.

E como fazê-los participar, se os pobres não têm acesso à palavra, à informação pluralista, às condições de organização, à formação, à escola, à saúde?

Os que lutam nos movimentos sociais e populares sabem quanto esforço, tenacidade, tempo, paciência se requer para preparar lideranças capazes

de escutar as aspirações da base, de falar e negociar. Gasta-se tanto tempo para formar uma única liderança, e só um segundo basta para eliminá-la fisicamente, como às vezes acontece.

Basta ver quanta generosidade, gratuidade, criatividade, confiança, paciência, e outras virtudes humanas são postas em prática nas poucas organizações (tipo Movimento de Emaús, grupos de catadores de papelão, algumas pastorais, etc.) que trabalham com sucesso com os pobres e os mais marginalizados das nossas sociedades (às vezes chamados ‘quarto mundo’), para conseguir pouco a pouco uma maior autoconfiança, organização e participação dos interessados.

Dar poder aos pobres (“empoderização”) é um processo lento e demorado, que requer muita generosidade e mudanças estruturais e políticas (democracia e respeito dos direitos humanos), econômicas (uma produção voltada para as necessidades da maioria) e sociais (uma melhor redistribuição da renda, e um bom funcionamento dos serviços públicos básicos), bem como culturais (que os valores e atitudes dos pobres sejam reconhecidos e apreciados).

Pois bem, o Banco Mundial propõe uma maior participação dos pobres — se é que se dá conta de todas as implicações do que está propondo —, mas não questiona o modelo neoliberal que vai sendo implantado com os acordos feitos pelos países necessitados com o FMI — de ajuste fiscal e cortes nos orçamentos

11. JOSÉ MEIRELLES PASSOS, “Wolfensohn: Distribuição de Renda é Desafio”, *O Globo*, 22/9/00, pág. 28. Cf. também comentário a respeito do Encontro Anual 2000 do FMI e do Banco Mundial que se realiza em Praga, CLÓVIS ROSSI, “O Torneio Pró-pobres”, *Folha de São Paulo*, 22/9/00, pág. A 2. O autor comenta que “não obstante, a pilha de pobres no planeta chegou à estratosférica altura do 1,2 bilhão, se pobre for quem ganha até US\$ 1 por dia, ou a de 2,8 bilhões (os que ganham até US\$ 2). É igualmente bom lembrar que a nova ênfase retórica não significa que o Fundo e o Banco Mundial se tornaram socialistas. Longe disso. A ortodoxia continua de pé, continua valendo. Apenas deve ser temperada por ‘políticas pró-pobres’, seja lá o que isso signifique na prática (o grifo é nosso)”.

sociais, de regulamentação geral dos acordos comerciais e de concorrência descontrolada — que gera o aumento do desemprego e as baixas dos salários.

É de esperar que essa proposta do Banco Mundial<sup>12</sup> não seja mais um condicionamento imposto aos países mais pobres, como foram impostos antes os ajustes fiscais, a boa governança<sup>13</sup> ('good governance'), a democracia conforme os parâmetros ocidentais. Impor artificialmente a participação dos pobres pode levar a meras aparências e a profundas desfigurações do que é necessário fazer para desenvolver as capacidades de autonomia dos mesmos<sup>14</sup>.

Será que o Banco Mundial quer mesmo promover iniciativas que provoque verdadeira autonomia, capacitação política, econômica, social e cultural dos pobres?

Os pobres incomodam. Os ricos, quando falam da pobreza, fazem-no mais por pressenti-la como uma ameaça, e por isso querem eliminá-la. Sem exagero, para alguns isso pode chegar a significar acabar com os pobres, literalmente eliminá-los.

Neste contexto é mais bem entendida a forte reação de pessoas e entidades mundiais, que se torna uma constante, como a recentemente ocorrida em Praga por ocasião da reunião do FMI e Banco Mundial. Mesmo que se esforcem

para provar que têm "sensibilidade social"<sup>15</sup>, torna-se difícil acreditar nas suas boas intenções, contraditórias com as práticas políticas. Alguns<sup>16</sup> chegam mesmo a propor a simples extinção dessas entidades.

Dar poderes ("empoderização") aos pobres é certamente um dos caminhos mais seguros para avançar. Difícil é encontrar receitas para isso. O dinheiro e as técnicas nada resolvem se faltam as motivações, os objetivos, o sentido e as razões imperativas morais para empreender a obra de libertação dos pobres.

O maior déficit não é financeiro, mas ético, espiritual e humano. É um déficit de sabedoria, generosidade e solidariedade. A solução não é só técnica, mas antes humana. Ela diz respeito a uma profunda mudança ética de toda a sociedade e dos cidadãos.

A pobreza não é um fenômeno pontual, localizável, separável e a supressão dela não é apenas o assunto de alguns. É um fenômeno global, de sociedade, um desafio político que só pode ser encarado eficientemente por medidas globais que questionem em profundidade o atual funcionamento da sociedade e o comportamento das pessoas. São as atuais seqüências e os modos de produção da riqueza em função de uma minoria que acabam produzindo a pobreza numa maioria.

12. CLÓVIS ROSSI, enviado especial a Praga, "Para Banco Mundial, América Latina, América Latino, (não entendi...) *Folha de São Paulo*, 25/9/00, pág. B 4.

13. Neologismo introduzido na língua portuguesa.

14. No mesmo sentido, o prêmio Nobel de economia, Amartya Sen, fala da pobreza como falta de poder exercer as suas liberdades.

15. VANESSA ADACHI, FMI e Bird Tentam Provar que Têm Sensibilidade Social", *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág. B 3.

16. Cf. "O Mundo não Precisa do FMI e do Bird", enviado especial, *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág. B 6. Trata-se de uma entrevista do sociólogo filipino Walden Bello. Ele "é uma referência intelectual para muitos dos manifestantes antiglobalização econômica..." Afirma que "não adianta reformá-los (FMI/Banco Mundial) é preciso fechá-los".

C  
O  
N  
S  
E  
L  
H  
C  
I  
A

## Acordos MST e governo, conforme foi escrito, a quantas anda?

Percebe-se uma generalizada preocupação no quadro conflituoso de relações do MST e as políticas governamentais a respeito de reforma agrária. Neste contexto, o resultado do julgamento dos conflitos de Corumbiara a sua avaliação traz conseqüências frustrantes para se fazer justiça e combater a impunidade. Há notícias de novos conflitos e mortes. A maneira melancólica como se concluiu o julgamento dos envolvidos no massacre de Corumbiara mostrou como a questão está longe de ser resolvida, fazendo-se verdadeira justiça. Na verdade, o pré-julgamento ideológico do promotor — posteriormente afastado pelo Conselho do Ministério Público de Rondônia<sup>17</sup> — desqualificando o MST, enquadra-se perfeitamente na maneira de pensar das nossas elites privilegiadas.

A questão de fundo sobre o problema da terra e reforma agrária no país tem várias vertentes e enfoques: a opção po-

lítico-econômica do governo quanto à forma de financiamento da questão agrária, acordos escritos e desrespeitados exatamente por causa dessas opções, o recurso político e de pressão dos Sem-Terra optando por invasões ou ameaças de invasão. Maneiras diversas de se conceber as políticas de reforma agrária são responsáveis pela solidificação das posições, hoje antagônicas, adotadas pelo governo e MST.

Na verdade o acordo escrito entre Sem-Terra e governo<sup>18</sup> é quase letra morta. Uma das questões centrais diz respeito à concessão de créditos<sup>19</sup>, objeto da nova rodada de discussões. Há interpretações<sup>20</sup> desse acordo que fogem a qualquer parâmetro de bom senso e enquadram-se no jogo de poder da parte mais forte: o governo. Há quem diga também, mediante sólidas informações, que as raízes mais profundas do não cumprimento dos acordos estão no fato de não ter sido consultado sobre a matéria o “general Alberto Cardoso e do SNI-Abin”<sup>21</sup>

17. Cf. JOSÉ GERARDO GROSSI, “Uma História Exemplar”, *Correio Braziliense*, 27/8/00, pág. 5. O autor esclarece, com justiça, o certo e o constitucionalmente exorbitante da posição do promotor ao ser afastado pela sua declaração: “Ou o Brasil acaba com o sem-terra ou eles acabam com o Brasil”.

18. Cf. Anexo Análise de Conjuntura agosto de 2000.

19. Da sucursal de Brasília e da Agência Folha, “MST Espera que o Governo Libere Créditos”, *Folha de São Paulo*, 22/9/00, pág. A 4.

20. RAUL JUNGSMANN, “Ajustando Contas”, *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág. A 3.

21. JÂNIO DE FREITAS, “Em Volta da Palavra”, *Folha de São Paulo*, 22/9/00. O autor comenta a carta do Senador Suplicy ao Ministro Jungmann. E revela algo curioso, mas elucidativo. A assessora do ministro, Maria de Oliveira, de passagem, em carta resposta ao senador “confirmou a Suplicy a possibilidade de que o ministro recebesse representantes do sem-terra ainda no dia 14”. De tudo que está informado neste artigo se conclui que a audiência era uma possibilidade, uma vez que os sem-terra haviam se afastado da fazenda do presidente, “mas poderia ou não realizar-se, a depender de outras implicações”. O articulista conclui que “não precisava dizer mais nada, para informar que o compromisso da audiência foi vetado pela Abin do general Cardoso”. Na carta a assessora informara ainda, que “a dimensão do enfrentamento hoje proposto pelo MST extrapolou a questão das terras e créditos reivindicados”. (...) “O mesmo não ocorre com a questão institucional representada pela ameaça explícita ao ambiente privado e familiar do Presidente da República. Esta afeta ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República”, conclui a mesma assessora. O articulista explica ainda que, como “a ameaça explícita ao ambiente privado e familiar do presidente” não tendo existido em “tempo algum, só se entendendo tal ficção como expediente de burocrata para não se incompatibilizar com gente mais poderosa. E, de quebra, insinuar que Jungmann, tomada a decisão de outra área, não faltou com a palavra”. Fica claro que por trás de tudo há um jogo onde certamente as decisões, definitivamente, são tomadas pela área de segurança, comandada pelo general Cardoso.

O impasse, agravado pelo recente episódio da ameaça de invasão da fazenda do Presidente em Minas Gerais, nada tem a ver com a disputa pessoal e política, sem sentido e objetividade, entre o governador Itamar Franco e o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Há uma visível má vontade entre os formadores de opinião pública, com raras exceções<sup>22</sup>, em analisar o assunto com o enfoque favorável à causa dos Sem-Terra. Estes são constantemente apresentados à opinião pública como perturbadores da ordem estabelecida. Quase nunca se mostra o lado positivo, social e justo da luta por uma causa fundamental para se pensar num país diferente.

Passa-se a idéia de que qualquer movimento reivindicatório, socialmente justo, que questione estruturas arcaicas é sempre visto como uma ameaça. Não obstante sábias chamadas ao diálogo<sup>23</sup>, qualquer forma de distribuição da riqueza — e a terra é uma riqueza — cheira sempre mal num país onde cada vez mais imperam as leis da concentração dos bens, de mercado competitivo, sem ética e sem escrúpulos.

E o contexto da liberalização econômica e de restrições aos créditos sociais impostos por acordos internacionais, particularmente com o FMI. Torna-se, assim, extremamente difícil o diálogo com quem levante a bandeira da solidariedade e da sobrevivência alternativa. Alguém já lembrou que a reforma agrária socialmente justa seria uma verdadeira abolição de escravatura em tempos modernos. E a reforma agrária é mesmo recomendada ao Brasil pelas novas políticas do Banco Mundial<sup>24</sup>, ainda que destoante com a lógica da sua maneira prática de agir no quadro da economia dos países menos desenvolvidos.

Neste momento fica a impressão que MST e governo travam uma luta inglória, cheia de contradições, uma verdadeira queda de braços. Pode-se ficar discutindo infinitamente prazos de financiamento, formas de assentar famílias e prazos de execução. Tudo indica que o movimento continuará a sua pressão sob forma de ameaça de invasões, greves de fome e outros expedientes. Faltam ao governo mentalidade social e vontade política para acolher democraticamente propostas alternativas. Tal

22. ARLETE SALVADOR, "A Ameaça dos Sem-Terra", *Correio Braziliense*, 22/9/00, pág. 4. A autora mostra o papel didático do movimento e a importância do mesmo para superar uma visão fatalista e dominadora que se tem dos pobres e de sua postura neste país. Textualmente: "Há algo mais intolérável no MST. Aqueles baixinhos minguados, com cara de poucos amigos, falam com dignidade. Reivindicam algo que entendem ser um direito. Não uma esmola. Não um favor. Os pobres que estamos acostumados a ver na televisão, coitados, são uns conformados. Atribuem a Deus a responsabilidade pela falta de atendimento médico ou pela morte de um filho atingido por uma bala perdida. Estão com lágrimas nos olhos. Despertam compaixão e solidariedade. O MST desperta consciência política."

23. DOM LUCIANO MENDES DE ALMEIDA, "Tempo de Eleições", *Folha de São Paulo*, 23/9/00, pág. A 2. O autor enfatiza a respeito da relação entre distribuição de renda, terra e superação das desigualdades e afirma que "temos que encontrar medidas viáveis e pacíficas para assegurar a distribuição equitativa da renda nacional e da terra, superando as enormes desigualdades sociais. É, por isso, urgente levar adiante o diálogo entre as organizações de trabalhadores rurais, o governo e os proprietários de terra para encontrar as medidas adequadas a um rápido e condigno assentamento das famílias dos agricultores".

24. Cf. entrevista feita pelo enviado especial à reunião do FMI/Banco Mundial em Praga, "O Brasil Deve Investir em Reforma Agrária", *Folha de São Paulo*, 24/9/00, pág. B 9. O entrevistado foi Nick Stern, economista chefe do Banco Mundial, substituto de Josef Stiglitz, este "crítico dos problemas sociais gerados pelas políticas do próprio banco". Segundo o entrevistado, "se houver bons projetos de reforma agrária, é algo que gostaríamos de apoiar". Pois "para resolver o problema da desigualdade social no Brasil não basta crescimento econômico, com acreditam os mais liberais".

posição inclusive desgasta o papel da CNBB e OAB como mediadores.

A proximidade das eleições municipais é outro complicador neste jogo de cena. Há indícios de que o governo tenta efetivar a sua influência para facilitar a eleição de candidatos municipais dentro do leque de alianças políticas que lhe dão sustentação. De repente ministros, como Pedro Malan, começam a falar do social, mesmo que, na prática, existam retenções orçamentárias.

### O plebiscito da dívida: avaliação e perspectivas<sup>25</sup>

O "plebiscito da dívida" foi um sucesso. O número de praticamente seis milhões de cidadãos e cidadãs que votaram confirma o que já havia acontecido. Na verdade, o sucesso foi ter conseguido realizar um plebiscito, e sobre um tema complicado. É sobremaneira significativo o fato de o plebiscito ter sido organizado pela própria sociedade, rompendo com a tradição elitista de que só o Parlamento pode comandar tal processo, o que dá exclusivamente às forças políticas do Estado o poder que só cabe ao conjunto dos cidadãos.

Este plebiscito pode ser um passo decisivo para tornar realidade a democracia em nosso país. Ele foi uma prática de radicalização da democracia<sup>26</sup>, conforme compromisso assumido nas três Semanas Sociais Brasileiras<sup>27</sup>. Uma radicalização feita pela cidadania ativa, outro compromisso das Semanas. Seguindo nesse caminho, podemos ter esperança, e até certeza, de que é possível construir o Brasil que a gente quer, conclusão da segunda Semana, também

presente no rico processo da chamada consulta popular<sup>28</sup>.

Destaque especial para o impressionante interesse das pessoas que se envolveram, organizando e/ou votando no plebiscito, no sentido de saber qual será a continuidade deste trabalho. Como o atual plebiscito não é oficial, duas frentes de ação possível deverão ser seguidas: exigir primeiramente que o Congresso aprove a proposta de convocação de um plebiscito — ou um referendium — oficial, que definirá, com a soberania popular, a política de endividamento que o Brasil deverá assumir; como consequência do plebiscito oficial, ou antes dele, pressionar para que seja instituída uma auditoria pública da dívida externa e interna, com participação governamental e das entidades que organizaram o plebiscito atual, para fazer um estudo completo e um diagnóstico contábil e jurídico da dívida externa e sua pressão sobre a dívida interna.

Mas o caminho percorrido indica outras tarefas urgentes. Uma delas é realizar um amplo processo de educação para a democracia por meio do debate popular sobre a prática do plebiscito. A dominação tradicional das elites marca profundamente as pessoas, e elas ou não conhecem ou têm medo da prática direta de seu poder de cidadãos e cidadãs. Uma tarefa urgente, então, é despertar a consciência, o gosto e a responsabilidade da cidadania como construtora da democratização permanente da sociedade.

Outro desafio é criar espaços para que cada cidadão e cidadã compreenda tudo sobre a dívida interna. Em nosso caso, é preciso mostrar a profunda in-

25. Colaborou Ivo Poletto, assessor da Pastoral Social da CNBB e da Caritas Brasileira.

26. Cf. EMIR SADER, "Um Plebiscito pela Democracia", *Correio Braziliense*, 27/8/00, pág. 5.

27. Promovidas pela Pastoral Social da CNBB.

28. Amplo processo de articulação de movimentos populares, desde há algum tempo, em andamento no país.

justiça do governo no tocante às diferentes taxas de juros pagos aos seus credores. É gritante a diferença entre o que é pago aos que têm Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Poupança, em relação ao pago aos grandes bancos e empresas que trocam dólares por títulos de dívida do Estado brasileiro.

Em outras palavras, está na hora de todas as pessoas conhecerem como o Estado pode ser mediador de exploração do povo, em vez de ser o zelador da sua qualidade de vida. Além disso, será preciso ficar mais claro como a atual explosão da dívida interna está diretamente ligada à estratégia de trazer recursos financeiros estrangeiros de empresas, aumentando ainda mais os cus-

tos do endividamento externo do país, sempre cobrados de toda a população. De toda forma, não faltarão tarefas e caminhos para a continuidade do plebiscito. Agora, o que efetivamente será feito e o modo de realizá-lo, deverá isso ser objeto de decisão da Plenária Nacional de todas as entidades que organizaram e realizaram o plebiscito. Por isso, será decisivo que todos façam uma boa avaliação da experiência realizada e apresentem as suas sugestões. Só assim nossa prática será coerentemente democrática e democratizante.

Responder pessoal e comunitariamente aquelas perguntas que o autor coloca ao longo de sua análise, e que despertem maior interesse nas pessoas e nos grupos.

---

**Boletim Análise de Conjuntura** — Coordenador: Pe. Virgílio Leite Uchôa — **Equipe de Redação:** Maria José Jaime, Aurélio Vianna, Pedro Ribeiro de Oliveira, Francisco Whitaker Ferreira, Guilherme da Costa Delgado, Irmã Rosita Milesi, Gerson Gomes, Marcos Lins, Pe. Manoel José de Godoy, Pe. Alfredo José Gonçalves, Pe. Alberto Antoniazzi, Pe. José Ernanne Pinheiro, Pe. Antônio Abreu, Pe. Bernard Lestienne, Pe. Thierry Linard de Guertechin, Ivônio Barros — **Revisão:** José Sílvio de Lana Marques, Jair P. Barbosa Jr. — **Diagramação:** Ivone Melo — **Impressão:** Ivan B. da Silveira — **Instituto de Estudos Socioeconômicos** — SCS — Qd. 08 — Bl. 50 — Salas 431/441 — Venâncio 2000 — CEP 70333-970 — Brasília-DF — Brasil Fone: (061) 226-8093 — Fax: 226-8042 E. Mail: inesc@tba.com.br — Site: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

---

# “Eis o Cordeiro de Deus...” Os Pobres, Pe. Alfredinho e a Refundação da VR

ROGÉRIO MOSIMANN DA SILVA, SJ

*“Alfredinho é maloqueiro que nem nós”*

(palavras de um sofredor de rua)

*“Há criaturas como a cana: mesmo postas na moenda,  
esmagadas de todo, reduzidas a bagaço, só sabem dar doçura”*

(dom Hélder Câmara)

Quem de nós admitiria ser tachado de “maloqueiro”? Como reagiríamos?...

Pois bem, desde que a revelação de Deus em Jesus Cristo se dá de um modo encarnado, qualquer realidade da Criação e da História pode nos significar mediação para a Vontade do Senhor, sendo que alguns sinais são particularmente eloqüentes, restando à nossa liberdade ouvi-los, acolhê-los. Assim, a vida de uma pessoa. Assim, por exemplo, a vida de Frédy Kunz, o Pe. Alfredinho, FC (09/02/1920-12/08/2000).

Recordando alguns traços biográficos seus, buscaremos uma aproximação a seu perfil espiritual. E a partir desse vamos nos perguntar em que a sua existência pode ser iluminadora para uma VR que se pretende em processo de “refundação”.

Frédy nasceu na Suíça mas sua família, premida por dificuldades econômicas, precisa migrar para a França. Seus pais são operários, e o pequeno Frédy desde cedo é impelido a colaborar no sustento da casa, trabalhando fora como cozinheiro. Essa atividade significa para ele uma dolorosa experiência de exploração, ao mesmo tempo que um grande aprendizado. A descoberta da Ação Católica, sua participação na JOC e o encontro com outros jovens trabalhadores, ajudam a ir moldando uma personalidade convicta, sensível ao sofrimento alheio. Nesse contexto de experiência pessoal do mundo do trabalho e do mundo dos pobres, é aí que lhe surge o chamado ao sacerdócio ministerial, já antes da IIª Grande Guerra. Quando essa eclode, Alfredinho chega a ir para o

front, e junto a todo o destacamento a que pertencia é logo rendido e levado a um campo de prisioneiros do Exército alemão. Um vizinho campo de concentração para presos políticos (comandado pela terrível SS nazista), os bombardeios do fim do conflito, a perda de amigos queridos, tudo isso lhe põe em contato direto com os horrores da guerra e fazem brotar nele a aversão à violência e uma profunda sensibilidade às veredas de uma verdadeira Paz. Ao mesmo tempo, o encontro com gente de tantas raças, religiões, idéias, crenças religiosas, é fator que lhe possibilita abrir-se para o reduto de "humano" que existe em cada pessoa, para além de qualquer diferença...

Muita coisa, pois, germinou nesse período de sua infância e juventude, e no período da guerra... Finda esta, Alfredinho entra para o seminário (como prisioneiro, aliás, já organizava seu tempo de modo a iniciar algum estudo, sob a orientação do capelão do campo). Tendo ingressado para os Filhos da Caridade, congregação fundada pelo Pe. Anizan para o serviço junto aos operários e pobres, segue para o Canadá e depois para a América Latina. No Brasil chega em 1968 (anos de chumbo do regime militar, mas também de sopros de Esperança da Igreja do Vaticano II e de Medellín, saindo do forno; depois Puebla, e a morte martirial de dom Romero e tantos outros). É acolhido na diocese de Crateús/CE, por dom Frágoso e sua equipe de pastoral. A essa altura, sua opção pelos mais pobres já estava arraigada, e daí em diante só fez se enraizar mais e mais, aprofundar-se, ganhar novas expressões concretas. Seu sacerdócio ministerial foi sempre vivido em proximidade e em serviço preferencial aos mais pobres. Peregrino do Espírito, segue os passos de Jesus po-

bre... Primeiramente na cidade, onde era vizinho das vítimas da prostituição e onde, recém-chegado, viveu uma de suas mais profundas experiências espirituais, em diálogo com uma dessas mulheres, agonizante e que, em meio a sua miséria e sofrimento, transbordava Deus: "(...) me marcou para o resto de meus dias; vivo ainda desse encontro..." Embebe-se das "maravilhas evangélicas" que Deus faz florescer entre os mais pobres, e se surpreende com as atitudes de Hospitalidade, de Gratuidade, de Partilha, de Generosidade. Matricula-se definitivamente na escola dos Sofredores. Não demora a se transferir para o sertão nordestino, periferia da periferia da periferia (Tauá; Barra do Vento). Em 1983, tempo de mais uma grande seca, em consonância com a Equipe de Pastoral da Diocese, decide ir trabalhar na frente de emergência, carregar carrinho de mão, afirmando, não tanto por palavras mas através desse gesto simbólico profético, a dignidade daquela gente tão pisoteada... *E outra vez vemos que vem*, a pé pelas ruas e estradas secas e poeirentas, saudando a todos. As crianças lhe cruzam o caminho: "*bença, pade Fredinh*"; "*bença, pade Fredinh*". E ele, a cada uma: "Deus te faça feliz!" ...

E feliz também ele era. Austero, limitara ao mínimo suas necessidades, como forma de resistência aos "demônios" do desperdício, do consumismo. Mas sua simplicidade de vida não era ocasião de ranço, de ranzinice, de perda da doçura - "Alfredinho-Menino". "Se ele o intimida pela sua maneira absoluta de viver o Evangelho, ele o deixa à vontade pela sua simplicidade e gentileza. E por seu bom humor" (BAVAREL, Michel. Frédy Kunz e o povo de sofredores, SP, Loyola, 1992). Facilmente alguém podia se sentir amado prediletamente por ele, e depois dar-se conta que esse Carinho de predileção

ele sabia dirigir a cada pessoa. Dom! Não só ele se sentia à vontade na casa de um Pobre, como os mesmos Pobres se sentiam em casa com ele.

Gandhi, Maximiliano Kolbe, Charles de Foucauld, Teresa de Calcutá, ao lado de inúmeros sofredores anônimos — essas as figuras humanas que o inspiravam. A Não-Violência Ativa, a Firmeza Permanente, sem agredir, sem ceder ao ódio... A “Porta Aberta ao Faminto” (PAF), quebrando preconceitos, gerando solidariedade; o LIXBRÁS, “Lixeiros do Brasil”, varrendo a sujeira das ruas e dos corações...

E é assim que vai nascendo a Irmandade do Servo Sofredor (ISSO). De primeiro, era um grupo de “Amigos do Servo Sofredor”. Novo passo é dado, porém: não apenas “amigos” que se dirigem aos Pobres como “eles”, mas “era preciso dizer ‘nós’ “. Surge então uma irmandade dos Pobres, e também de quem deles se faz amigo e servidor. Um mínimo de estrutura, com e a partir dos mais pobres, confiando em sua fraqueza, acreditando que o que transforma o mundo não é o poder, mas é a resistência dos Sofredores que “mesmo oprimidos não oprimem”...

Frédy não era homem do discurso, das grandes considerações intelectuais... Como Gandhi, estava menos preocupado em ser uma cabeça brilhante pois sabia que, por mais inteligente que alguém seja, sempre se deparará com limites, ao passo que o Amor pode se esparramar infinitamente...

Em 1988 deixa Crateús. Por questões de saúde, e também para uma escondida presença, um velhinho pobre e adoentado, meio mendigo, da periferia de uma metrópole, que passa despercebido, um a mais em meio à multidão. Talvez fugisse também do estardalhaço: em Crateús

já era por demais conhecido; de repente quisessem tomá-lo por “santo”... Incógnito, anônimo em meio às massas que habitam as grandes cidades (todo o contrário de uma Igreja-espetáculo que hoje em dia vem ganhando espaço), vai morar na Favela Lamartine (Santo André, grande São Paulo). Em 1995, aos 75 anos de idade, Alfredinho recebe e acolhe uma Graça (“um presente de aniversário”, como ele mesmo confessa): o apelo de deixar o seu barraco na Favela e ir morar na rua, com os sofredores de rua. Idade, falta de saúde, risco de doença ou da violência urbana, nada disso foi invocado como desculpa por quem tinha a firme decisão de servir os Pobres, de assumir um compromisso radical com o Evangelho. Ficou na rua enquanto sua saúde permitiu, depois retornou novamente para a Favela...

Ao ser perguntado por sua saúde, Alfredinho (um entre tantos, como um pobre qualquer, pobre entre os pobres, tomando o mesmo transporte público, esperando na mesma fila de um hospital público) listava suas doenças, sem deixar-se cair em lamúrias e sem perder a Alegria: uma hérnia de disco a prejudicar-lhe a coluna, um câncer de pele, um câncer de próstata, angina de peito,... Nada disso o impediu de ir morar na Favela, de ir morar na rua...

Portanto, foram mais de 50 anos de coerência com uma opção elaborada e deliberadamente alimentada!

A Ternura da “doce Trindade” e do “Bem-Amado Jesus” lhe guiaram vida afora e moveram o seu coração. Não por acaso, essas palavras o acompanharam nos derradeiros momentos, no leito de morte...

E quando presidia a Eucaristia embaixo de um viaduto, acolhendo no Banquete os Sofredores (cf. Lc 14,21), a ins-



se fixar em Alfredinho ou mesmo em seu radical seguimento de Jesus Cristo na Pobreza e com os Pobres. Não! Não teríamos entendido nada de sua vida, que nos chama a mirarmos não a ele próprio mas ao Pobre. Como o homem da mão seca, o Pobre é chamado para o centro (Lc 6,8), aonde possa ser visto por todos...

Conservar a memória de Alfredinho traz, pois, um grande risco: mitificar a sua pessoa, cedendo ao gênero dos “grandes feitos” (e não faltaria o que lembrar, situações do tipo: o dia em que ele, confundido com um mendigo por algum funcionário, dorme na calçada da varanda, debaixo da porta da casa de um Pároco ou Bispo; no dia seguinte, ao ser reconhecido e perguntado porque não se identificara como padre, apenas declara: “Trataram-me como costumam tratar a um pobre”). Risco de um certo “alfredismo” (que o próprio Alfredinho receava e procurava evitar), ou de uma admiração distante, de longe, asséptica, que não compromete a nossa vida: apenas alguém a se admirar, com quem passar uns dias de visita ou fazer uns dias de retiro, para depois voltarmos à nossa vida “normal”.

“Quem tiver ouvidos, ouça o que o Espírito diz” (Ap 3,22): em que a vida de Alfredinho interpela toda a VR, cada instituto e cada religioso(a), nesse horizonte atual de “refundação”?...

A refundação da VR passa pelos Pobres pelo simples fato de que o Pobre é inseparável da Boa Nova vivida e anunciada por Jesus. Sem nos abirmos ao clamor que vem do Pobre, o Evangelho se torna vazio, pura casca... Ora, se queremos ser fiéis ao Evangelho, através de um “projeto de vida radical”, não podemos jamais nos esquivar não apenas da *questão* mas sim da *pessoa* do pobre.

O decorrer dos séculos mostra o quanto se tem relativizado e esvaziado a densidade da prática de Jesus de Nazaré. Por

isso é que de algumas memórias incômodas é importante que tenhamos a coragem de não querermos nos livrar. Trazer sempre de novo ao coração a presença no mundo, não de Alfredinho mas dos Pobres! A pessoa do Pobre, do Sofredor como apelo que nos convoque permanentemente à conversão. A grande contribuição de Alfredinho não é outra senão chamar a nossa atenção para os pobres, os sofredores, mostrar que o lugar deles é o coração mesmo do Evangelho, que o seguimento a Jesus é inseparável do serviço aos Pobres, e que só a partir dos últimos da sociedade é que se pode incluir e amar a todos... O núcleo de nossa Fé certamente é a Trindade de Amor revelada por Jesus Cristo, mas o Jesus que chama o Pobre para o centro, proclama-o bem-aventurado (cf. Lc 6,20), enche-se de Alegria e bendiz o Pai que manifestou o Reino a esses *pequenin*os (cf. Lc 10,21), identifica-se com eles (“tudo o que vocês fizerem ao menor de meus irmãos é a mim que fazem”; Mt 25,31ss)...

Ora, há uma prática que já fez história na VR da América Latina e que agora muitos consideram “fora de moda”... E como é importante recuperá-la, reavivá-la! E essa prática se chama “inserção”. Quer dizer, a não ser que queiramos considerar os Pobres como meros detalhes descartáveis do Evangelho ou que pensemos que nos basta um conhecimento teórico daquilo que o Pobre vive e pode nos ensinar, a “refundação” passa obrigatoriamente pela aproximação ao Pobre, e esta deve ser efetiva, vivencial, o Pobre fazendo parte de nosso dia-a-dia, interpelando-nos com a sua presença real, palpável... Atualidade permanente! Claro que há muitos níveis de identificação com o Pobre, até o mais radical que permite dizer, sem falsidade, como Alfredinho, “nós, os pobres”. Mas será que a inserção não tem sido facilmente descarta-

da de antemão, como algo do passado? Teria diminuído o número de pobres? A situação deles melhorou?... Cada um, cada uma há de saber até onde o Senhor o/a chama e até onde a resposta de sua liberdade está disposta a caminhar. Afinal, se a maior proximidade com os Pobres é um apelo à VR em geral, um chamado a todos os religiosos(as), também pode significar para alguns um carisma particular de inserção mais radical...

Há ainda uma última lição, silenciosa: aprender a morrer. Nos últimos meses, quando sua saúde estava visivelmente debilitada, Alfredinho, com sua serenidade habitual e Alegria interior, perguntava-se: “Por que ninguém me diz, com coragem: ‘Já chegou a sua hora! Você vai pra casa do Pai?!’ (...) Só estou esperando o Bem-Amado dar uma piscadinha pra mim e dizer: ‘Ei, Alfredinho, vem! Eu escuto e vou!’...” Alfredinho, “menino amado da Trindade”...

Tendo vivido como pobre, Alfredinho também morreu como morre um pobre, e assim foi sepultado, sem privilégios, sem pompas, sem mídia, sem perder a simplicidade,... Um pobre, em alguns aspectos diferente sem dúvida, porque escolheu livremente fazer-se pobre, solidário com aqueles a quem não é dada a oportunidade de escolher. Mas ele podia se incluir entre os Pobres, sem que isso

soasse estranho pois sua existência concreta não traía mas estava aí para confirmar suas palavras... O velório, o enterro, seus companheiros de congregação e da ISSO, seus amigos mais próximos, seus irmãos sofredores acompanham com grande serenidade – experiência viva da fé na Ressurreição! Alegria Pascal!...

Aliás, com retiro marcado, a Irmandade acompanha os últimos dias de Alfredinho. Seu estado se agrava, ele é internado, vai para a UTL... É o retiro não é cancelado... E, após o seu falecimento, a Irmandade confirma que não quer ceder ao vício do personalismo, do “alfredismo”: “E agora, Irmandade?... Consagramo-nos a Jesus e não a Alfredinho. Então tudo continua como antes”.

Enfim, resta-nos devolver a palavra aos Pobres, aos Sofredores: “Alfredinho é maloqueiro que nem nós”; “ele já dormiu comigo na rua”; “ele continua vivo! Agora é trecheiro no Céu” (Boletim da ISSO, 1º/10/2000; p. 3). Mas, para acolher a sabedoria escondida por Deus no coração desses *pequenin*os que não possuem *graça nem beleza* e de quem costumamos desviar o rosto, para acolhermos verdadeiramente essa sabedoria, não será que precisamos, desarmadamente, com forte e renovada disposição para aprender, aproximar mais o nosso cotidiano ao dia-a-dia do Pobre? “Refundar”!...

---

## QUESTÕES PARA AJUDAR A LEITURA INDIVIDUAL OU O DEBATE EM COMUNIDADE

1. Como aprender do Pe. Alfredinho o que significa seguir Jesus hoje?
2. Como ir fazendo acontecer a refundação da Vida Religiosa a partir dos pobres e no cotidiano das comunidades?

 Rogério Mosimann da Silva, sj

Endereço do autor:

Caixa Postal 5.047 (Venda Nova)

CEP: 31.611-970 – Belo Horizonte/MG

E-mail: rogmosilva@hotmail.com

# Índice alfabético por autor CONVERGÊNCIA, ano de 2000

*Este índice foi feito seguindo este critério: AUTOR.  
E abrange apenas o ano de 2000. O primeiro algarismo  
representa o número da revista. O segundo indica a página.*

AGOSTINI, Frei Nilo, OFM – A Cidade e a Evangelização .....	336/471
AGRETTI, Ir. Dayse, FI – A Boa Nova de Deus: Seu Filho Jesus Cristo. Tradução: Ir. Maria Helena Lopes de Oliveira, FI .....	335/413
ARNOLD, Pe. Simón Pedro, OSB – Um Tempo de Dolorosa Gestação: Traços da Nova Espiritualidade que está surgindo .....	333/265
AVELAR, Ir. Maria Carmem C., Salesiana – Teresa de Jesus e a experiência de AMIZADE .....	336/489
BARREIRO, Pe. Álvaro, SJ – Experiências de Encontro com Deus Pai .....	334/373
BARROS, Pe. Marcelo, OSB – A Vida Religiosa, Profecia para o Terceiro Milênio?	329/23
BARROS, Pe. Marcelo, OSB – O Pão que nos Faz Irmãos .....	331/172
CBJP (Comissão Brasileira Justiça e Paz) IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) – Brasil – 500 anos: Início de uma Nova Caminhada? Análise de Conjuntura .....	334/348
CHALOUB, Ir. Suraya Benjamin – Educação Evangelizadora em um Mundo Globalizado .....	334/363
CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) – Brasil – 500 Anos. Diálogo e Esperança .....	334/333
CODINA, Pe. Victor, SJ – A Trindade no Oriente Cristão .....	330/99
COMBLIN, Pe. José – Quinhentos Anos de Brasil .....	331/136
CORRÊA-PINTO, M <sup>a</sup> Conceição, CSA – O Desejo de Jesus: A Comunhão .....	338/607
COSTA, Ir. Etel Maria P. da – Mística do Cotidiano .....	333/302
COTA, Ir. Terezinha das Neves – Mistério de Deus e Dignidade da Mulher .....	332/220
CRB (Informe)	
➤ 1. XXXII junta diretiva da CLAR .....	329/06
2. CNBB contra o crime organizado .....	329/08
➤ 1. Projeto “Recuperação da memória histórica da mulher na VR feminina na América Latina e no Caribe” .....	330/70

➤	1. 8º Encontro Nacional de Presbíteros – Novo Milênio, Novo Pátrio? .....	331/134
➤	1. II Encontro de Vida Religiosa Afro-Descendente – Mensagem Final .....	332/200
	2. Pastoral para os Brasileiros no exterior – PBE.....	332/202
➤	1. Depoimento de Gildo Jorge Terena .....	333/261
	2. Seminário da CLAR sobre “Novas Formas de Vida Religiosa” .....	333/263
➤	1. Comunicado do CIMI à 38ª Assembléia Geral da CNBB .....	334/329
	2. Encontro Latino-americano sobre novos Estilos de Vida Religiosa e Comunitária .....	334/331
➤	1. “Eis que faço novas todas as coisas”. Pelos caminhos da refundação. Mensagem final da XIV Assembléia Geral da CLAR .....	335/393
	2. Jubileu 2000 e Dívida Externa. Nota da Presidência e da Comissão Episcopal da Pastoral da CNBB .....	335/395
➤	1. Carta às Comunidades Eclesiais de Base – 10º INTERCLESIAL: 11 a 15 de julho de 2000 .....	336/456
➤	1. Seminário sobre Relações de Gênero e Espiritualidade .....	337/519
	2. O Plebiscito confirma: A vida acima da Dívida! .....	337/521
➤	1. USGCB – Assembléia Geral .....	338/582
	2. Nota da CNBB sobre o Compromisso Ecumênico da Igreja Católica .....	338/584
	DIAS, Rosinha Borges – Ser presença do Deus Amigo .....	330/105

#### EDITORIAL (Ir. Maria Carmelita de Freitas, FJ)

- E o Verbo se fez Carne (Jo 1,14) .....	329/01
- Campanha da Fraternidade 2000 .....	330/65
- Brasil Quinhentos Anos .....	331/129
- “Esperar contra toda esperança” (Rm 4,18) .....	332/193
- “Que todos sejam um” (Jo 17,21) .....	333/257
- O Vaticano II, profecia para o Terceiro Milênio .....	334/321
- “Pelo Caminho de Emaús” .....	335/385
- Seguir Jesus, o Enviado do Pai .....	336/449
- “Hoje se cumprem estas palavras” .....	337/513
- “Manifestou-se a bondade salvadora do nosso Deus” .....	338/577

#### GOMES, Pe. Paulo Roberto, MSC – Maria aos Pés da Cruz (Jo 19,16-37) –

O “Lugar” da Vida Religiosa na Igreja. Errar de Teologia é Errar de Século .....	332/244
--	---------

#### JOÃO PAULO II

- Empenho pela redução da dívida internacional dos países pobres .....	329/04
- Oração de João Paulo II para o grande Jubileu .....	329/63
- Devemos alargar os nossos horizontes! .....	330/68
- Sede Testemunhas da Alegria que Brota do Evangelho .....	331/131
- Mensagem do Santo Padre para o XXXVII Dia Mundial de Oração pelas vocações .....	332/196
- Hoje estou na Jordânia Terra Santificada pela Presença de Jesus .....	333/259
- João Paulo II Transmite ao Terceiro Milênio a Profecia do Concílio Ecumênico Vaticano II .....	334/324
- “Jubileu nos Cárceres” .....	335/388
- O Jubileu do ano Santo empenha toda a Igreja num Novo Advento Missionário .....	336/452
- Jubileu dos Professores Universitários .....	337/516

C O N V E R S O É N C I A

- Em Cristo e no Espírito a experiência de Deus "ABBA" .....	338/580
JOSAPHAT, Frei Carlos, OP – Denúncia da Dívida e Anúncio Profético do Jubileu	338/595
JUNGUES, Pe. Roque, SJ – Crise Ecológica e Fé na Criação .....	337/524
KEARNS, Pe. Lourenço, CSSR – A Refundação da Vida Religiosa .....	331/182
KONINGS, Pe. Johan, SJ – Índole Própria do Quarto Evangelho .....	332/204
LIBÂNIO, Pe. João Batista, SJ – Mistério da Encarnação: O grande Jubileu .....	329/10
LIBÂNIO, Pe. João Batista, SJ – Natal no Ano Jubilar .....	338/585
MAÇANEIRO, Pe. Marcial, CSJ – Hildegarda de Bingen. Profetisa, Reformadora, Terapeuta .....	335/435
MATOS, Frater Henrique C. J., CFMM – A Vida Consagrada de Irmãos .....	329/53
MEDEIROS, Frei Tito F. de, O.CARM. – Libertação, Cultura e Atividades Apostólicas na Igreja Latino-americana .....	331/161
MESTERS, Frei Carlos, O. Carm. – Jesus Formador .....	335/396
MORRA, Ir. Maria Helena, RSCM – O Encontro Homem-Mulher, Forma Básica da Co-humanidade .....	337/551
MOSER, Frei Antônio, OFM – Dignidade Humana e Sociedade Neoliberal .....	335/424
NAKANOSE, Pe. Shigeyuki, SVD – Ano de Graça: Restabelecer o Direito e a Justiça (Is 61,1-3) .....	330/86
OSOWSKI, Cecília Irene – Buscar e Encontrar Deus em Todas as Coisas: Amar e Servir .....	329/33
PALÁCIO, Pe. Carlos, SJ – Amor Impossível? Perspectiva Cristã sobre um Problema Cultural .....	333/281
PALÁCIO, Pe. Carlos, SJ – Trinta Anos de Teologia na América Latina .....	336/503
PAMPALONI, Pe. Máximo, SJ – O Palhaço de Kierkegaard. A Urgência da redescoberta da Iniciação Cristã .....	337/562
PAMPALONI, Pe. Máximo, SJ – O Segredo de Jeremias – Derrota e fracasso como fonte de resistência nas "Confissões" .....	330/116
PEREIRA, Frei Cristóvão, OFM – A Dignidade da Pessoa Humana e a CF-2000	330/74
SILVA, Pe. Antônio Aparecido da, Orionita – Vida Religiosa e Formação Inculturada: entre Atabaques e Guasás .....	332/235
SILVA, Pe. Rogério Mosimann da, SJ – "Eis o Cordeiro de Deus...". Os Pobres, Pe. Alfredinho e a Refundação da VR .....	338/632
SUESS, Paulo – Como Hóspedes na Tenda de Abraão .....	336/458
SUSIN, Fr. Luiz Carlos – Cristo, Senhor do Sábado .....	337/543
TABORDA, Pe. Francisco, SJ – O Religioso Presbítero: Uma questão disputada	329/42
TEIXEIRA, Faustino, PPCIR/UFJF – ISER – Um Peregrino no Caminho da Paz – João Paulo II na Terra Santa .....	333/314
UCHÔA, Pe. Virgílio L. e Equipe do INESC – Análise de Conjuntura. Setembro de 2000 .....	338/619
URÍBARRI, Pe. Gabino, SJ – Os Perigos da Sobrecarga de Trabalho para o Futuro da Vida Religiosa .....	332/250
WEILLER, Ir. Lúcia, DP – Quando uma Comunidade Acredita no Poder do Amor	331/148